

---

**Universidade de Évora - Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano**

**Mestrado em Direção e Gestão Desportiva**

Dissertação

**Cidades Europeias do Desporto: Um instrumento de Política Pública de Desporto para desenvolvimento estratégico dos municípios.**

Nuno Manuel Fabela de Brito Mamede

Orientador(es) | Mário Coelho Teixeira  
Jordi Seguí Urbaneja

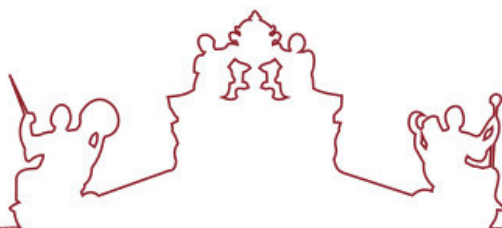
Évora 2022

---

---

---

---



**Universidade de Évora - Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano**

Mestrado em Direção e Gestão Desportiva

Dissertação

**Cidades Europeias do Desporto: Um instrumento de Política Pública de Desporto para desenvolvimento estratégico dos municípios.**

Nuno Manuel Fabela de Brito Mamede

Orientador(es) | Mário Coelho Teixeira  
Jordi Seguí Urbaneja

Évora 2022

---

---

---

---



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano:

Presidente | Jorge Duarte Bravo (Universidade de Évora)

Vogais | Abel Francisco Oliveira Santos (Escola Superior de Desporto de Rio Maior)  
Mário Coelho Teixeira (Universidade de Évora) (Orientador)

## ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Resumén	vii
Índice de figuras	viii
Índice de tabelas	x
Lista de abreviaturas e siglas	x
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II - OBJETIVOS	2
CAPÍTULO III - REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA	3
3.1. Desenvolvimento Desportivo Internacional e Nacional	3
3.1.1. Desporto no contexto da Europa	3
3.1.2. Desporto em Portugal	6
3.2. Políticas Públicas de Desporto	10
3.2.1. Políticas Municipais de Desporto	10
3.2.2. Estratégias das Cidades no domínio do Desporto	16
3.2.2.1. Apoio ao Movimento Associativo	16
3.2.2.2. Organização de grandes eventos	17
3.2.2.3. A Autarquia, o Desporto e a Escola	20
3.2.2.4. Instalações desportivas Municipais	21
3.3. Cidades Europeias do Desporto	23
3.3.1. Enquadramento institucional e processos	23
3.3.1.1. ACES Europa	23

3.3.1.2. ACES Portugal	24
3.3.2. Impactos no território e no desporto	25
CAPÍTULO IV - METODOLOGIA	27
4.1. Universo e amostra	27
4.2. Métodos e técnicas	27
4.3. Instrumentos e procedimentos	28
CAPÍTULO V - RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
5.1. Candidaturas portuguesas seleccionadas	29
5.2. Relatórios finais	35
CAPÍTULO VI - IMPLICAÇÕES PRÁTICAS	49
CAPÍTULO VII - LIMITAÇÕES E INVESTIGAÇÃO FUTURA	50
CAPÍTULO VIII - CONCLUSÕES	51
REFERÊNCIAS	53

“A verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momento de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafio.”

Martin Luther King

## **AGRADECIMENTOS**

Em tempos de confinamento associado ao estado pandémico que vivemos, decidi transformar as dificuldades em novas oportunidades de conhecimento e desenvolvimento intelectual. Foi um percurso diferente e desafiante que está prestes a ficar concluído.

Um agradecimento especial à minha Maria Cláudia e aos meus filhos Tiago e Sofia, pelo apoio e incentivo que sempre me dispensaram ao longo do processo.

Ao parceiro de aventura, Vítor Nunes, que aceitou o repto e arrancou para este desafio comigo, e com quem partilhei, viagens, dificuldades, conhecimentos e motivação.

Ao professor Mário Teixeira pela sua disponibilidade e vasto conhecimento que sempre disponibilizou ao longo destes 3 semestres.

Ao professor Jordi Urbaneja pela sua disponibilidade, conhecimento e contributo para o desenvolvimento do trabalho.

A todos os professores que de alguma forma contribuíram com o seu conhecimento e experiência para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Um beijo especial à minha Maria que estará com certeza orgulhosa!

## **CIDADES EUROPEIAS DO DESPORTO:**

### **Um instrumento de Política Pública de Desporto para desenvolvimento estratégico dos municípios**

#### **RESUMO**

A atividade física regular é, cada vez mais, um assunto debatido em toda a sociedade europeia e particularmente na portuguesa. Os municípios formulam e implementam políticas de desenvolvimento desportivo para incentivarem as populações a adotarem estilos de vida saudáveis associados à prática de atividade física regular.

Este estudo tem como objetivo compreender as Cidades Europeias do Desporto (CED) como instrumento de Política Pública de Desporto para o desenvolvimento estratégico dos municípios e das cidades vencedoras.

Metodologicamente, utilizámos métodos eminentemente qualitativos e interpretámos as candidaturas das cidades portuguesas a CED desde a primeira edição portuguesa em 2013 até 2020 e identificámos as semelhanças e diferenças dos seus objetivos principais. Da mesma forma, analisámos os relatórios de todas as CED portuguesas (à exceção da Maia 2014) e comparámos os números apresentados através da estatística descritiva.

Os principais resultados apresentados apontam para um grande impacto das CED nas cidades organizadoras e respetivos territórios. Uma média de cerca de 300 atividades desportivas foram proporcionadas à população dessas regiões, que tiveram uma significativa participação com mais de 100 mil pessoas envolvidas em cada CED.

Concluímos que a relação entre o investimento e o retorno financeiro estimado é verdadeiramente positiva, assim com o impacto desportivo, justificando economicamente o investimento realizado no desenvolvimento e promoção das Cidades Europeias do Desporto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão do Desporto, Cidades Europeias do Desporto, Desenvolvimento Desportivo, Políticas Desportivas, Municípios.



**EUROPEAN CITIES OF SPORT:**  
**An instrument of Public Sports Policy for the strategic development of**  
**municipalities**

**ABSTRACT**

Regular physical activity is increasingly a subject debated throughout European society and particularly in Portugal. Municipalities formulate and implement sports development policies to encourage populations to adopt healthy lifestyles associated with regular physical activity.

This study aims to understand the European City of Sports (ECS) as an instrument of Public Sport Policy for the strategic development of the winning cities and municipalities.

Methodologically, we used eminently qualitative methods and interpreted the applications of Portuguese cities to ECS from the first Portuguese edition in 2013 to 2020 and identified the similarities and differences of their main objectives. Likewise, we analyzed the reports of all Portuguese ECSs (with the exception of Maia 2014) and compared the numbers presented through descriptive statistics.

The main results presented point to a great impact of the ECSs in the organizing cities and respective territories. An average of about 300 sports activities were provided to the population of these regions, which had a significant participation with more than 100 thousand people involved in each ECS.

We conclude that the relationship between the investment and the estimated financial return is truly positive, as well as the sporting impact, economically justifying the investment made in the development and promotion of European Cities of Sport.

**KEYWORDS:** Sport Management, European Sport Cities, Sport Development, Sport Policies, Municipalities.

## **CIUDADES EUROPEAS DEL DEPORTE:**

### **Un instrumento de Política Pública Deportiva para el desarrollo estratégico de los municipios**

#### **RESUMÉN**

La actividad física regular es cada vez más un tema debatido en toda la sociedad europea y particularmente en Portugal. Los municipios formulan e implementan políticas de desarrollo deportivo para alentar a las poblaciones a adoptar estilos de vida saludables asociados con la actividad física regular.

Este estudio pretende comprender las Ciudades Europeas del Deporte (CED) como instrumento de Política Pública Deportiva para el desarrollo estratégico de las ciudades y municipios ganadores.

Metodológicamente, utilizamos métodos eminentemente cualitativos e interpretamos las aplicaciones de las ciudades portuguesas al CED desde la primera edición portuguesa en 2013 hasta 2020 e identificamos las similitudes y diferencias de sus principales objetivos. Asimismo, analizamos los informes de todos los CED portugueses (a excepción de Maia 2014) y comparamos los números presentados a través de estadísticas descriptivas.

Los principales resultados presentados apuntan a un gran impacto de los CED en las ciudades organizadoras y respectivos territorios. Se brindaron en promedio cerca de 300 actividades deportivas a la población de estas regiones, las cuales tuvieron una importante participación con más de 100 mil personas involucradas en cada CED.

Concluimos que la relación entre la inversión y el retorno económico estimado es realmente positiva, así como el impacto deportivo, justificando económicamente la inversión realizada en el desarrollo y promoción de las Ciudades Europeas del Deporte.

**PALABRAS-CLAVE:** Gestión Deportiva, Ciudades Deportivas Europeas, Desarrollo Deportivo, Políticas Deportivas, municipios.

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Estrutura piramidal do modelo europeu para o desporto	3
<b>Figura 2</b>	Prática de exercício físico da população portuguesa maior de 15 anos numa semana normal de 2014 a 2019	7
<b>Figura 3</b>	Classes de IMC em % da população adulta portuguesa em 2014 e 2019	8
<b>Figura 4</b>	Despesas das CM em atividades e equipamentos desportivos, por domínio 2015- 2019	13
<b>Figura 5</b>	Despesas das CM em atividades e equipamentos desportivos por habitante	14
<b>Figura 6</b>	Financiamento das autarquias ao Desporto por regiões NUTS II em 2019	14
<b>Figura 7</b>	Número de dormidas nas regiões da CED na Eslováquia	19
<b>Figura 8</b>	Cidades Europeias do Desporto em Portugal	29
<b>Figura 9</b>	Número de embaixadores da candidatura	32
<b>Figura 10</b>	Número de eventos desportivos	35
<b>Figura 11</b>	Número de Modalidades nas atividades desportivas das CED	36
<b>Figura 12</b>	Âmbito do total de eventos desportivos das Cidades Europeias do Desporto	37
<b>Figura 13</b>	Caráter dos eventos desportivos por CED	38
<b>Figura 14</b>	Número de eventos de cultura e formação	39
<b>Figura 15</b>	Número de atividades de desporto para todos	40
<b>Figura 16</b>	Número de participantes	41
<b>Figura 17</b>	Número de voluntários	42
<b>Figura 18</b>	Número médio de voluntários por atividade desportiva	43
<b>Figura 19</b>	Investimento das Câmaras Municipais	44

<b>Figura 20</b>	Retorno financeiro das CED	45
<b>Figura 21</b>	Relação Investimento/ retorno financeiro estimado	46
<b>Figura 22</b>	Porcentagem de retorno em relação ao investimento	46
<b>Figura 23</b>	Alcance das CED - N° de pessoas	47
<b>Figura 24</b>	Engajamento digital das CED	48

## ÍNDICE DE TABELAS

**Tabela 1** Principais Objetivos das CED Portuguesas

33

### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ACES Europa</b>	Associação das Capitais e Cidades Europeias do Desporto
<b>ACES Portugal</b>	Associação Portuguesa das Cidades Europeias do Desporto
<b>AOP</b>	Academia Olímpica de Portugal
<b>CED</b>	Cidade Europeia do Desporto
<b>CM</b>	Câmara Municipal
<b>CPP</b>	Comité Paralímpico de Portugal
<b>DGAEP</b>	Direção Geral da Administração e do Emprego
<b>DGS</b>	Direção Geral da Saúde
<b>IMC</b>	Índice de massa corporal
<b>IPDJ</b>	Instituto Português do Desporto e Juventude
<b>NUTS</b>	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

Cada vez mais a atividade física regular e o desporto são assuntos em debate em toda a população europeia, e na portuguesa em particular. A população valoriza cada vez mais, a disponibilização por parte dos seus municípios, de instalações desportivas de qualidade, eventos desportivos capazes de atrair desportistas e atletas de renome nacional e internacional, bem como de espaços desportivos para a prática informal regular.

Atualmente todos os municípios promovem políticas de desenvolvimento desportivo com o objetivo de dotar as suas populações de estilos de vida saudáveis associados a uma atividade física regular.

No entanto, estas necessidades da população não são, na maioria dos nossos municípios, auscultadas e percebidas da melhor forma. As respostas e soluções normalmente apresentadas não resultam de uma política desportiva realmente estruturada e pensada de uma forma global e equilibrada, deixando muitas das vezes ao critério individual dos seus responsáveis o desenvolvimento de programas e atividades que muitas das vezes são replicadas de outras regiões com realidades completamente díspares.

A ACES Europa (Associação das Cidades Europeias do Desporto) atribui anualmente o título de Cidade Europeia do Desporto às cidades europeias que se candidatam. São escolhidas no máximo 2 cidades por país de acordo com um regulamento e pelo valor dos projetos de candidatura apresentados a concurso.

Este estudo apresenta-se como fundamental para percebermos se esta estratégia, de algumas cidades portuguesas, em dinamizar e promover o desporto e a atividade física junto dos seus munícipes tem resultados efetivos.

Os relatórios das CED deveriam servir como ferramentas de avaliação do evento por parte das cidades organizadoras e simultaneamente demonstrar junto dos munícipes, se os objetivos traçados foram atingidos ou não.

Não há estudos científicos que abordem e avaliem se as CED são um instrumento de política pública do desporto para o desenvolvimento estratégico dos municípios. Desta forma torna-se difícil perceber o impacto que estes eventos tiveram nas cidades organizadoras e se o investimento realizado teve um retorno efetivo.

## CAPÍTULO II

### OBJETIVOS

Este estudo pretende analisar as candidaturas efetuadas pelas cidades portuguesas galardoadas com o título de Cidade Europeia do Desporto bem como os respetivos relatórios finais entregues após o decorrer do evento.

O nosso objetivo principal é perceber de que forma a Cidade Europeia do Desporto (CED), é ou não um instrumento de Política Pública de Desporto para o desenvolvimento estratégico dos municípios e das cidades vencedoras.

Esta questão principal é respondida através da resposta a outras subquestões:

- Que aspetos diferenciam as várias candidaturas vencedoras das diferentes cidades?
- Quais os grandes objetivos que norteiam e diferenciam as várias candidaturas?
- Os objetivos das candidaturas foram alcançados?
- Qual a avaliação quantitativa de cada CED relativamente aos dados apresentados nos relatórios finais?

Através dos relatórios finais conseguimos comparar os números das várias CED relativamente aos dados alcançados nas várias atividades realizadas ao longo do ano.

## CAPÍTULO III

### REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

#### 3.1. DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO INTERNACIONAL E NACIONAL

##### 3.1.1. DESPORTO NO CONTEXTO DA EUROPA

O Desporto é um fenómeno que tem marcado e certamente continuará a marcar profundamente a vida do homem, e a sua complexidade necessita de ser abordada e estudada em diferentes níveis. É um fenómeno portador de extrema importância, que assume especial destaque na vida da sociedade atual.

O Conselho da Europa define desporto como “todas as formas de atividade física que, através da participação ocasional ou organizada, visam exprimir ou melhorar a condição física e o bem-estar mental, constituindo relações sociais ou obtendo resultados nas competições a todos os níveis” (Carta Europeia de Desporto, adotada em 1992 e revista em 2001).

O setor do desporto tem assumido grande relevância no espaço internacional, nomeadamente, ao nível dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas e Organização Mundial de Saúde, pelo importante papel que desempenha na promoção da saúde da população (PricewaterhouseCoopers, 2021).

Almeida (2019), aponta um modelo europeu do desporto numa estrutura em pirâmide e hierarquizada a partir dos clubes, na base, até às federações europeias de topo. Refere ainda que o desporto europeu está organizado de forma associativa, geralmente dirigida por amadores e voluntários, com uma forte ligação à identidade local, regional e nacional, com um sistema de organização e de

**Figura 1**

##### *Estrutura Piramidal do Modelo Europeu para o desporto*



*Nota. Em Estudo caracterizador do setor do desporto em Portugal e o impacto da COVID-19, de PwC. PricewaterhouseCoopers. 2021.*



competição, com base no critério aberto de promoção-despromoção, com vista a promover a igualdade de oportunidades, incerteza nos resultados e valorizar o mérito desportivo, com distribuição solidária das receitas das competições mais lucrativas pelas de menor âmbito, através do papel central atribuído às federações desportivas. O mesmo autor defende uma tradição da unicidade desportiva, isto é, uma modalidade desportiva apenas é organizada por uma federação desportiva por unidade territorial, e uma federação desportiva (salvo as exceções de federações multidesportivas) engloba apenas a tutela de uma modalidade desportiva.

Teixeira (2016) refere que a organização desportiva em Portugal tem uma base geográfica tradicionalmente organizada por distrito.

Para Correia, (2009) o desporto é na atualidade, assim como outros processos de expressão coletiva da humanidade, um amplo fenómeno social, económico e cultural, que percorre o mundo globalmente e que carece de ser entendido na sua contribuição real ou potencial para os processos de desenvolvimento da humanidade.

O desporto, tem assim, ainda de acordo com Correia (2009), assumido nos últimos 50 anos uma importância crescente no domínio das políticas públicas europeias, e ao mesmo tempo as próprias políticas têm reconhecidamente sido encaradas de formas completamente inovadoras.

Cada país europeu tem as suas próprias políticas desportivas que são diferenciadas por questões culturais, sociais e económicas, no entanto, Correia (2009) aponta para o assumir de uma perspetiva de análise sistémica, partindo do pressuposto de que os sistemas desportivos nacionais são cada vez mais sistemas abertos, sujeitos às influências ambientais relevantes, nas quais se movem diferentes *stakeholders* públicos e não públicos, e também uma maior interdependência e interinfluência dos sistemas desportivos de outros países relevantes. A tendência para uma Europa comum nas suas vertentes políticas, económicas, sociais e ambientais promovem igualmente uma aproximação nas políticas desportivas dos diferentes países.

A campanha denominada de “Desporto para todos” lançada pelo Conselho da Europa, em 1966, numa época de grande prosperidade económica e de um aumento do tempo livre, inserida num conceito lato de democratização da cultura, e mais tarde a Carta Europeia do Desporto, que no ponto 1 do Artigo 2, define desporto, como

todas as formas de atividade física que, através de uma participação organizada ou não, têm por objetivo a expressão ou melhoramento da condição física e

psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis (IPDJ, 2020)

terão contribuído para a divulgação desses novos valores e para incentivar os Estados membros a definirem políticas de promoção desportiva junto das populações, permitindo ao desporto percorrer a via da democratização, e fazendo que este passasse a ser consagrado como um direito do cidadão (Almeida, 2001).

O Livro Branco da Comissão sobre o Desporto, de julho de 2007, foi a primeira «iniciativa global» no domínio do desporto na UE. Através da aplicação das medidas propostas, a Comissão recolheu informações úteis sobre as questões a abordar no futuro. No Livro Branco, foram previstos vários objetivos, como reforçar a função social do desporto, promover a saúde pública através da atividade física, fomentar as atividades de voluntariado, reforçar a dimensão económica do desporto e a livre circulação dos desportistas, lutar contra o doping, a corrupção e o branqueamento de capitais e controlar os direitos de transmissão, entre muitos outros objetivos (AOP, 2021).

O desporto é um domínio em que as responsabilidades da UE são relativamente novas, adquiridas com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em dezembro de 2009. A UE é responsável por desenvolver políticas baseadas em dados concretos, por promover a cooperação e pela gestão de iniciativas em prol da atividade física e do desporto em toda a Europa. Pela primeira vez, foi disponibilizada uma rubrica orçamental específica, no período entre 2014 e 2020, ao abrigo do programa Erasmus+ para apoiar projetos e redes no domínio do desporto (Parlamento Europeu, 2022).

Com o Tratado de Lisboa, a União Europeia passou a desenvolver trabalho no sentido de complementar a ação dos Estados-membros no domínio do desporto ao nível da promoção da prática e da dimensão europeia do desporto, caracterizada por assentar numa matriz solidária, de grande base voluntária e com grande importância social, que vem sendo desafiada pelas novas tendências de crescente comercialização e decréscimo da participação voluntária (PricewaterhouseCoopers, 2021).

A Carta Europeia do Desporto, refere que,

como a prática do desporto depende, em parte, do número, da diversidade das instalações e da sua acessibilidade, cabe aos poderes públicos fazer a sua implementação global, tendo em conta as exigências nacionais, regionais e locais,

assim como as instalações públicas, privadas e comerciais já existentes (IPDJ, 2020).

A Organização Mundial de Saúde desenvolveu o “Plano de Ação Global para a atividade física 2018 – 2030”, com o objetivo de reduzir a inatividade física em 10% até 2025 e em 15% até 2030. (DGS, 2020).

### **3.1.2. DESPORTO EM PORTUGAL**

A democratização do desporto é algo relativamente recente no nosso país e só teve reconhecimento constitucional após a implementação do sistema democrático.

Em Portugal, até ao 25 de Abril, o conceito de desporto assentou em dois pontos fundamentais, que se podiam traduzir, por um lado, pela tentativa do poder político dominar o desporto, tentando implementar a sua ideologia nos jovens, e por outro lado, pelo desacordo verificado por parte dos profissionais, em desacordo com os processos adotados pelo Estado Novo. No entanto, os anos 80 trazem alterações significativas. Alteram-se os entendimentos, os sentidos e as motivações para a prática do desporto (Serôdio, 2001).

A lei de bases do Sistema Desportivo institui o quadro geral do sistema desportivo e teve, por objeto, promover e orientar a generalização da atividade desportiva como fator cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade (Januário, 2010).

O desporto no seu sentido mais lato, tem tido uma evolução contínua no âmbito das políticas públicas nomeadamente na esfera de intervenção dos municípios, congregando cada vez mais meios e recursos para o seu desenvolvimento, o que implicou a criação e organização no seu seio, de estruturas orgânicas dotadas de recursos humanos cada vez mais qualificados para corporizar e concretizar as respetivas políticas desportivas.

Os especialistas em desporto, anunciam o desporto como uma necessidade básica e importante das nossas vidas e com tendência a tomar cada vez mais relevância (Matušíková, 2020).

Em 2020, Matušiková enaltece a importância de mostrar às pessoas, que a prática desportiva traz benefícios à sua rotina diária. Para alguns é uma parte importante do seu dia-a-dia, para outros é uma forma de entretenimento e lazer, um hobby ou uma diversão pontual.

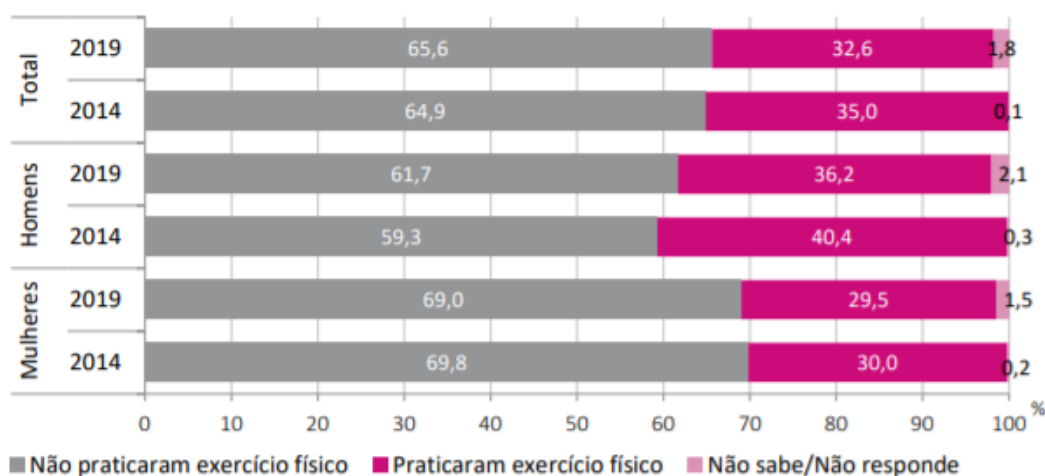
Da mesma forma, Correia (2009) defende ainda que o desporto surge associado ao Estado de bem-estar legitimando a intervenção deste, quer na sua provisão e promoção, quer no seu financiamento ao nível central, regional e/ou local.

Cada vez mais, as crianças e jovens preferem passar o seu tempo livre de uma forma passiva. Assim, é cada vez mais necessário desenvolver oportunidades e atividades de prática desportiva. Por outro lado, é crucial criar condições para que essa prática seja desenvolvida sendo isso da responsabilidade das cidades e dos seus governantes, em conjunto com o investimento privado (Matusšíková, 2020).

Segundo os dados apresentados pelo INE (2020) no estudo “desporto em números 2020”, em 2019, cerca de 2/3 da população com 15 e mais anos não praticou qualquer exercício físico (65,6%)

## Figura 2

*Prática de exercício físico da população com 15 e mais anos numa semana normal de 2014 e 2019*



Nota. Em *Desporto em números*, de INE. 2020.

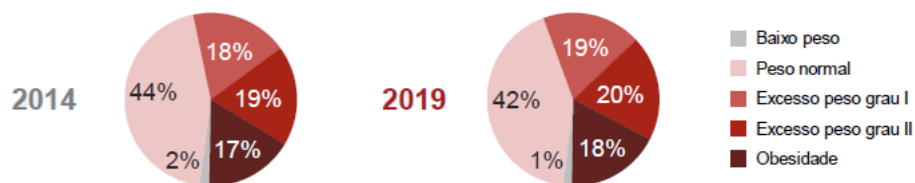
Em comparação com 2014 verificou-se um aumento de 0,7 p.p. na proporção da população que não praticou qualquer exercício físico numa semana normal. Verifica-se um aumento dos homens que não praticaram exercício físico de 2,4 p.p. e uma diminuição muito pequena nas mulheres (0,8 p.p.).

A falta de prática de atividade física é um dos fatores preponderantes que a maioria da população adulta portuguesa tem excesso de peso, apresentando, o estudo da PricewaterhouseCoopers de 2021, um ligeiro agravamento da situação de 2014 para 2019,

suportado igualmente pelos números do INE no inquério nacional de saúde desses mesmos anos.

### Figura 3

*Classes de Índice de massa corporal, em % da população adulta*



*Nota. Em Estudo caracterizador do setor do desporto em Portugal e o impacto da COVID-19, de PwC. PricewaterhouseCoopers. 2021.*

De acordo com um estudo de caracterização do desporto em Portugal, elaborado pela Pricewaterhouse Coopers em 2021, o governo português aponta como um dos objetivos do seu Programa Governamental, enunciado no Orçamento de Estado de 2021, colocar Portugal no lote dos 15 países com mais prática de atividade física e desportiva da União Europeia até 2030. No entanto, o mesmo estudo salienta que na Agenda Estratégica Portugal 2030, o desporto não assume um destaque autónomo, aparecendo apenas incluído em Agendas temáticas relacionadas com a inclusão, o equilíbrio demográfico ou o turismo de desportos náuticos.

No mesmo estudo da Pricewaterhouse Coopers, é referido que nas últimas décadas, o desporto nacional apresentou uma evolução significativa, verificando-se uma maior penetração do desporto na população, de forma transversal. São ainda apresentados como fatores competitivos desta evolução, alguns que são transversais e explicam a competitividade do desporto nacional, das quais salientamos a valorização da formação contínua de treinadores e profissionais do desporto; uma maior promoção da sustentabilidade desportiva com a criação de circuitos pedonais, ciclovias e passadiços; condições climatéricas e naturais propícias à prática de atividade física; a organização hierárquica e piramidal das estruturas que regula o desporto nacional.

Os mesmos autores sublinham como constrangimentos ao crescimento do desporto, a ausência de uma política pública para o desporto nacional ancorada num documento de orientação estratégica com dotação orçamental, objetivos e métricas tangíveis; a discrepância entre o interior e o litoral; o envelhecimento da população portuguesa, bem como, o nível reduzido de profissionalização que cria dificuldades ao nível da renovação

geracional dos voluntários, dirigentes e outros profissionais como alguns dos fatores mais preponderantes.

De acordo com estudos desenvolvidos a nível europeu, Portugal caracteriza-se, ainda, por um desequilíbrio da estrutura de financiamento do desporto face aos parceiros europeus, por ter um peso reduzido do financiamento oriundo do Governo Central e do setor privado e um peso elevado das Autarquias. A divergência de realidades no território nacional em termos de atuação das Autarquias, tal poderá acentuar as disparidades geográficas de acesso à prática desportiva (Pricewaterhouse Coopers, 2021).

O desporto tende a evoluir cada vez mais para um patamar de diversidade e pluralidade de objetivos, motivações e de prazeres, não se resumindo apenas na vertente competitiva, como se constatava em meados do século passado, verificando-se uma crescente frequência, por parte de todos os cidadãos, nas práticas lúdicas e recreativas. Assumindo-se cada vez mais, com uma diversidade ampla de valores que configuram a sociedade moderna (Pires, 2007).

Todas as cidades devem desenvolver as condições necessárias e apropriadas para a prática desportiva e o lazer de toda a sua população (Matušíková, 2020).

## **3.2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESPORTO**

### **3.2.1. POLÍTICAS MUNICIPAIS DE DESPORTO**

Tradicionalmente, a Administração Pública é entendida num duplo sentido: sentido orgânico e sentido material. No sentido orgânico, a administração pública é o sistema de órgãos, serviços e agentes do Estado e de outras entidades públicas que visam a satisfação regular e contínua das necessidades coletivas; no sentido material, a administração pública é a própria atividade desenvolvida por aqueles órgãos, serviços e agentes. (DGAEP, 2022).

Como refere Teixeira (2019) na Constituição da República Portuguesa, a atividade física e desportiva surge como um direito de todos os cidadãos, sendo que o Estado encorajará o seu fomento através das organizações desportivas, em razão da sua importância no desenvolvimento da pessoa humana em diversas dimensões, como a saúde pública, a formação, a educação, entre outras, no âmbito dos direitos sociais.

De uma maneira geral, entendemos a política desportiva municipal como as opções ou orientações programáticas referidas nos instrumentos de planeamento ou documentos previsionais formalmente aprovados pelas câmaras municipais designadamente em planos diretores, planos estratégicos, nas grandes opções do plano ou plano de atividades, sendo neste documento previsional de curto prazo, onde normalmente estão registadas as linhas de orientação política em matéria de desporto. Os desenvolvimentos das opções políticas são desencadeados por programas, projetos, ações e iniciativas que lhes dão corpo e sentido para atingir o objetivo ou fins estabelecidos (Sousa, 2013).

Cada Município apresenta uma Política Desportiva de um modo distinta e diferenciada, algo perfeitamente comum e que se explica pelo facto da Constituição apenas identificar traços gerais pelos quais estas entidades se devem reger no desenvolvimento desportivo da sua região e por todas as estratégias serem válidas, dependendo a sua escolha do caso em questão e do estudo realizado ao sistema desportivo existente (Lacoba, 2006).

Da mesma forma, em Espanha, Urbaneja (2019) refere que as políticas municipais de desporto são bastante diferenciadas nas diversas regiões do país vizinho.

Hoje em dia, é praticamente impossível pensar tanto na orgânica dos municípios como nos planos da sua atividade e respetivos orçamentos e dissociá-los de estruturas e ações específicas do desporto. Também por parte das populações, quer através de reivindicações associativas, quer individuais, os patamares de exigência de uma intervenção dos municípios na concretização do direito ao desporto são cada vez mais

elevados devido a vários fatores, entre os quais o reconhecimento dos múltiplos benefícios recolhidos na prática desportiva e a maior consciencialização social dos direitos fundamentais.

A qualidade de vida e o bem-estar das populações constitui, em última análise, a mais elementar finalidade das políticas de desenvolvimento do desporto. A oferta de serviços promovida pelas diferentes instituições deve estar orientada para as pessoas. A realidade social, económica e desportiva apresenta uma complexidade que recomenda uma visão alargada, mas também focada (Teixeira, 2009).

A amplitude do sistema desportivo português deveria sugerir uma complementaridade das ações dos diversos operadores. A prática de atividades físicas e desportivas é fomentada através de diversos subsistemas e sectores, em diferentes ambientes institucionais, oferecido por múltiplas organizações desportivas, dirigidas a todas as pessoas (Teixeira, 2008).

O mesmo autor refere que devem ser as autarquias locais a apoiar e fomentar a prática desportiva variada, causadora de um grande impacto no desenvolvimento regional ao nível da competitividade territorial e coesão social.

Segundo Constantino (1990), não basta à autarquia criar condições e formas de acesso para que as respetivas populações tenham onde e como praticar desporto. É indispensável garantir uma adequada qualidade no exercício dessa prática.

Esta intervenção do Estado no desporto, implica a definição de políticas públicas correspondentes, cada vez mais aprimoradas e também sujeitas ao escrutínio público de valor e à indispensável prestação de contas (Correia, 2009). Desta forma todo o planeamento relativo aos programas a implementar, infraestruturas a financiar e público-alvo a atingir são cada vez mais analisados nos seus impactos, apreciando de forma extremamente rigorosa o seu custo-benefício. Esta análise e avaliação requer uma cada vez maior e melhor capacidade por parte das entidades responsáveis.

Todos os municípios mostram uma crescente atenção à oferta desportiva local, tanto na criação e desenvolvimento de espaços desportivos ou de lazer, como na oferta de atividades desportivas diversificadas e que proporcionem à sua população local, a possibilidade de adotarem estilos de vida saudáveis.

Como refere Figueira (2022), a política desportiva implementada nos concelhos da área metropolitana de Lisboa tem como objetivo global o desenvolvimento de uma política de “Desporto para Todos” que permita a prática de atividade física a todos os segmentos da população.



Quando nos referimos à política pública desportiva, reportamo-nos às decisões e medidas tomadas pelo município no intuito de promover, orientar, apoiar e regular o processo de desenvolvimento desportivo que, para ser real, carece também, do envolvimento ativo, participado e comprometido dos munícipes e do associativismo na governação local (Januário, 2010).

Todas as decisões e ações desenvolvidas pelo poder central e local não retiram responsabilidade aos cidadãos, sendo eles, uns aliados fulcrais para o desenvolvimento de uma comunidade fisicamente ativa e que adote um estilo de vida saudável. Desta forma, é sempre salutar o interesse e as solicitações que a população faz às suas autarquias, para que lhes proporcione determinadas oportunidades e condições para o desenvolvimento da atividade física, bem como o acolhimento de eventos desportivos catalisadores da prática desportiva.

Não interessa ter um programa de oferta desportiva, com muitas atividades, com ótimas condições, inúmeras horas de atividade, preços acessíveis e bons técnicos, se este não corresponder às expectativas da população alvo para quem o programa foi construído. Carvalho (1994) preconiza uma política desportiva municipal estruturada em convicções políticas centrada numa lógica de “serviço público”. Para ter verdadeiro significado e ser coerente, os Autarcas devem estruturar um Plano de Desenvolvimento Desportivo Municipal sustentado em quatro pontos chave: definição dos objetivos prioritários; disponibilidade de meios; dotação orçamental; lógica de serviço público ou autofinanciamento.

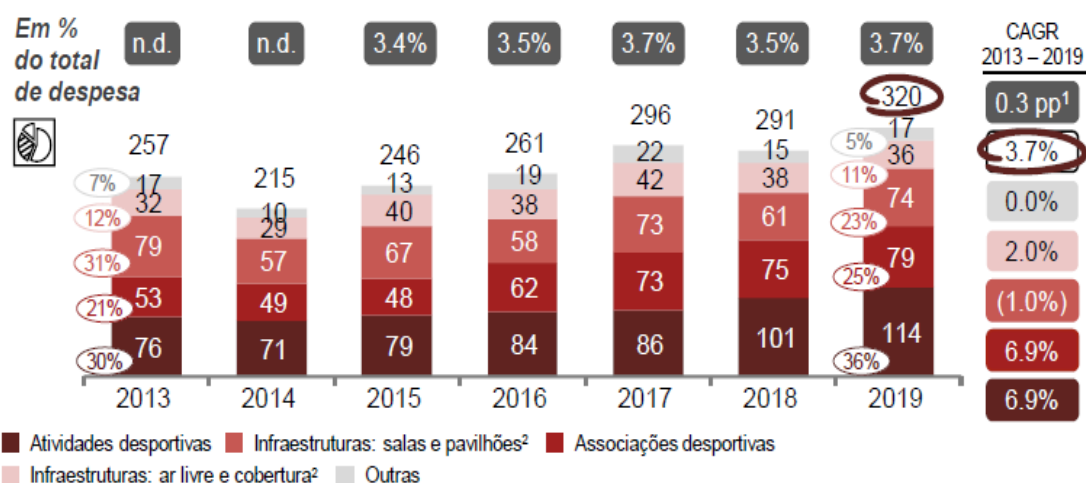
Só um profundo conhecimento da realidade desportiva poderá permitir às autarquias a elaboração de uma correta política desportiva, política esta que deve refletir preocupações ao nível da oferta aos diversos segmentos de cidadãos. As autarquias locais, para além do papel de entidades indutoras da prática desportiva podem também assumir o papel de reguladores do sistema desportivo local (Constantino & Pereira, 2001).

No entanto, como refere Sesinando (2020), apenas uma pequena parte, dos técnicos superiores de desporto e dos responsáveis municipais pelos serviços de desporto nos municípios portugueses, possui formação e competências em gestão do desporto.

Associado a uma responsabilização cada vez maior das autarquias e das suas competências, o desenvolvimento desportivo local e as suas políticas tomam lugar de destaque nos planos de desenvolvimento de cada município, bem como no financiamento do setor desportivo a nível local e regional.

**Figura 4**

*Despesas das CM em atividades e equipamentos desportivos, por domínio (€M)*



Nota. Em Estudo caracterizador do setor do desporto em Portugal e o impacto da COVID-19, de PwC. PricewaterhouseCoopers. 2021.

No estudo da Pricewaterhouse Coopers em 2021, podemos verificar que entre 2013 e 2019 o investimento das CM em atividades e equipamentos desportivos teve um crescimento aproximado de 4% totalizando €320 milhões. Em 2019, dos €320 milhões investidos, a grande maioria foi em Atividades e Associações desportivas (€193 milhões). É ainda sublinhado que do total da despesa dos municípios, apenas menos de 4% é afetado ao desporto.

Segundo um outro estudo, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e divulgado pelo IPDJ, “Desporto em números 2020”, em 2015 a despesa total por habitante em atividades desportivas era de 23,8€, sendo em 2019 de 31,1€. Esta subida regular de investimento por parte das Câmaras Municipais é mais notória nas regiões do Alentejo e do Algarve.

**Figura 5**

*Despesas das CM em atividades e equipamentos desportivos por habitante*

Unidade: Euros

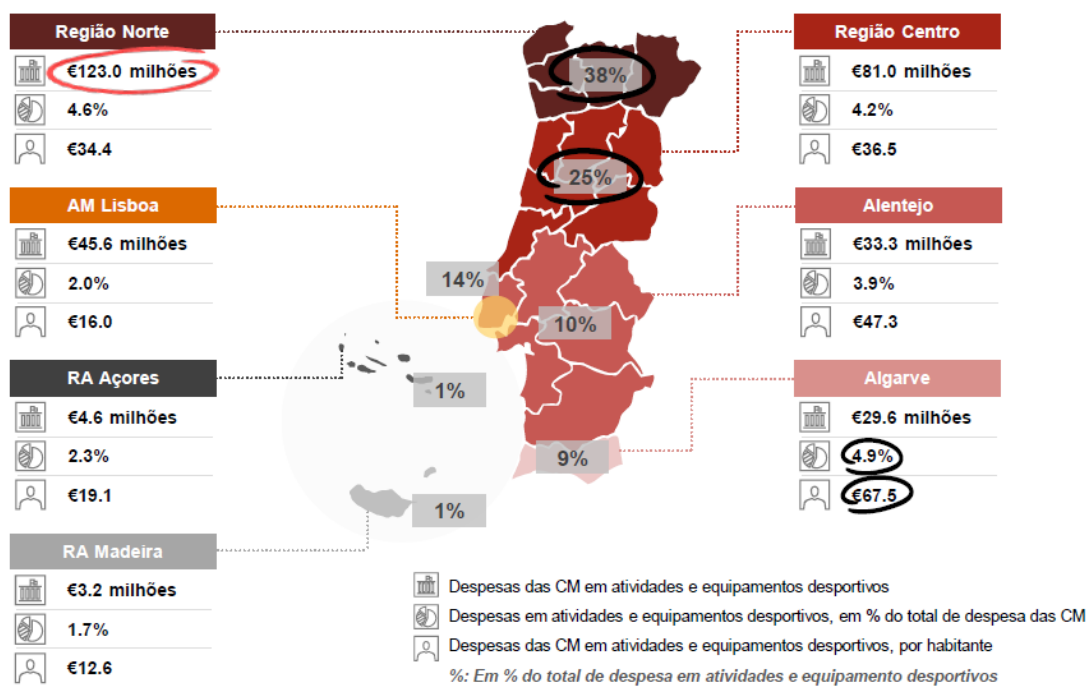
Região (NUTS II)	Despesa em atividades e equipamentos desportivos por habitante				
	2019	2018	2017	2016	2015
Portugal	31,1	27,8	28,8	25,3	23,8
Continente	31,9	28,4	29,5	26,1	24,5
Norte	34,4	31,9	34,4	30,3	30,5
Centro	36,5	32,9	32,9	28,3	27,4
Área Metropolitana de Lisboa	16,0	13,3	13,1	12,6	9,3
Alentejo	47,3	39,4	43,5	38,5	35,5
Algarve	67,5	54,2	55,4	46,3	38,7
Região Autónoma dos Açores	19,1	21,2	19,1	12,9	12,0
Região Autónoma da Madeira	12,6	9,9	9,3	6,8	6,9

Nota. Em Desporto em números, de INE. 2020.

No entanto, quando olhamos para os valores absolutos, podemos verificar que a região Norte é a que tem maior despesa em atividades e equipamentos desportivos (~38% do total nacional), seguido pela região Centro (25%) e pela Área Metropolitana de Lisboa (14%).

**Figura 6**

*Financiamento das Autarquias ao setor do Desporto, por região NUTS II (2019)*



Nota. Em Estudo caracterizador do setor do desporto em Portugal e o impacto da COVID-19, de PwC. PricewaterhouseCoopers. 2021.

Pires (2007) defende que uma política desportiva conduzida a nível local passa pela criação de condições para que a generalidade da população, desde que o deseje, tenha acesso a atividades físicas e desportivas. Refere serem necessários quadros teóricos de suporte, alternativos ao modelo dominante; idealizar novas políticas e responsabilizar os decisores pelas opções tomadas. Adverte, para o facto de, ainda que uma política de curto prazo possa aparentemente ser bem-sucedida, se na sua origem não se previu um levantamento prévio e científico da realidade, os seus resultados poderão justificar-se, simplesmente na aleatoriedade.

Constantino (1999) sustenta que o fundamental é a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos, estruturando a atividade física e desportiva numa perspetiva de saúde, bem-estar e qualidade de vida das populações. As restantes dimensões da prática desportiva serão complementares do referido objetivo.

A nível nacional, a maioria da população apresenta excesso de peso, devido a baixos índices de atividade física diária. Segundo a OCDE, Portugal é o 4º país desta Organização com maior taxa de população com excesso de peso (PricewaterhouseCoopers, 2021). As autarquias locais têm um papel preponderante na representação dos interesses das suas populações, tendo por missão governar sempre no interesse das pessoas que lhe são próximas.

Atualmente, o grande desafio das autarquias passa por conseguirem que as suas populações adquiram um estilo de vida ativo onde o exercício e o desporto sejam considerados como meio de valorização individual e coletiva. Devem assim, assumir um papel de grande relevância como promotores da oferta desportiva da região, tanto na criação da infraestrutura como na prestação direta do serviço desportivo, estabelecendo o equilíbrio entre parceiros públicos e privados com ou sem fins lucrativos, individuais ou coletivos.

Cada autarquia tem a sua própria visão e particular entendimento do desporto, dependente dos seus interesses, costumes e tradições culturais inerentes.

## **3.2.2. ESTRATÉGIAS DAS CIDADES NO DOMÍNIO DO DESPORTO**

### **3.2.2.1. APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO**

O apoio ao movimento associativo, quer na cedência de transportes ou instalações desportivas, quer no apoio financeiro à atividade regular dos mesmos são uma das grandes responsabilidades das câmaras municipais.

Os clubes desportivos são claramente um ponto de entrada para a população descobrir e praticar desporto e este apoio aos clubes e associações locais é uma das grandes estratégias adotadas pelas autarquias para promover o desporto e a atividade física regular junto das suas populações.

Sendo os clubes e coletividades desportivos considerados a unidade básica do desporto, as principais entidades produtivas do setor com uma atuação transversal, desde a atividade física informal até ao praticante desportivo de alto rendimento, são de extrema importância para as autarquias. Estes clubes promovem junto da população, o acesso à prática desportiva organizada e devidamente acompanhada por técnicos credenciados e devidamente formados.

O clube tem preocupação com o resultado e a sua imagem, adotando processos seletivos nas suas diversas equipas e modalidades, não abrangendo a generalidade da população em termos de oferta desportiva. Desta forma, Constantino (1999) considera um erro básico, de qualquer política de generalização e democratização desportiva locais, uma estratégia que aponte para o clube desportivo tradicional como seu suporte exclusivo. Não podemos esconder que, de uma forma geral, o associativismo desportivo denota várias anomalias, dependendo excessivamente de dinheiros públicos e adotando uma política segregadora relativamente aos menos aptos e que não estão motivados para o rendimento.

No entanto, temos que reconhecer que o nascimento do desporto e do seu desenvolvimento inicial se deve principalmente à iniciativa dos clubes, que muito antes dos poderes públicos mostrarem algum interesse nessa atividade, promoviam o acesso à prática desportiva. Como refere Constantino (1999) para muitos, se não fossem os clubes desportivos, não teriam aprendido a nadar, a velejar, a patinar, a jogar basquetebol ou a praticar ginástica.

A grande maioria desses clubes desportivos são amadores, dirigidos em regime de voluntariado, proporcionando serviços desportivos não lucrativos, mas muito importantes

a nível local, não só ao nível desportivo, como político e social, dada a sua forte ligação à comunidade.

No mesmo estudo do INE, “Desporto em números 2020”, é evidenciado que o financiamento por parte do Instituto Português do Desporto e Juventude às Federações desportivas atingiu 45,9 milhões de euros em 2019 (5,3% do que no ano anterior). A Alta competição destacou-se com 45,2% do total do financiamento, superando o Apoio às atividades desportivas em 2019.

### **3.2.2.2. ORGANIZAÇÃO DE GRANDES EVENTOS**

As cidades de Guimarães, Loulé e Setúbal, apresentam nas suas candidaturas, claros objetivos de desenvolvimento e promoção do turismo associado à organização da Cidade Europeia do Desporto.

Segundo a PricewaterhouseCoopers, a Organização Mundial de Turismo destaca o Turismo Desportivo como produto turístico na ótica de Turismo de Espetáculo Desportivo (atividades desportivas a que o turista assiste ou é espetador) e de Turismo de Prática Desportiva (atividades desportivas praticadas pelos turistas).

Associado ao Turismo de Espetáculo Desportivo, o mesmo estudo apresenta as viagens e estadias das equipas e eventual público como contribuintes para a economia e para os indicadores e o dinamismo turístico de determinado destino.

Quanto ao Turismo de Prática Desportiva, surge muitas vezes integrado em atividades de turismo de lazer, associado a aventura/natureza e muito dependentes das condições geográficas e sazonais como os desportos de praia e de inverno que apenas se podem realizar em locais específicos. Muitos destinos têm vindo a investir em infraestruturas desportivas com vista à captação de turistas, acabando também por beneficiar a população local, ao nível das áreas da saúde pública, coesão social e crescimento económico.

Num estudo realizado por Félix (2017) é referido pelo autor que em muitos países e regiões, as entidades responsáveis pelo turismo procuram cada vez mais promover atividades desportivas associadas à natureza ou em espaços de lazer. É ainda sugerido que o turismo desportivo pode contribuir para a captação de visitantes e, ainda, para o desenvolvimento de muitas regiões sendo um tipo de turismo que pode contribuir para a projeção de um determinado destino turístico.

A organização de grandes eventos desportivos, apesar de ser uma estratégia que acarreta alguns riscos, quer a nível ambiental, social, político, entre outros são definitivamente merecedores de uma maior preocupação num futuro próximo, pois assumem-se como estruturantes dos destinos turísticos, acrescentando um maior valor aos seus núcleos de atratividade turística (Cardeira, 2012).

A mesma autora refere que é necessário desenvolver uma investigação mais aprofundada com vista a determinar as capacidades da relação entre o desporto, os eventos e o desenvolvimento humano, bem como apresentar possíveis ações no âmbito desta relação.

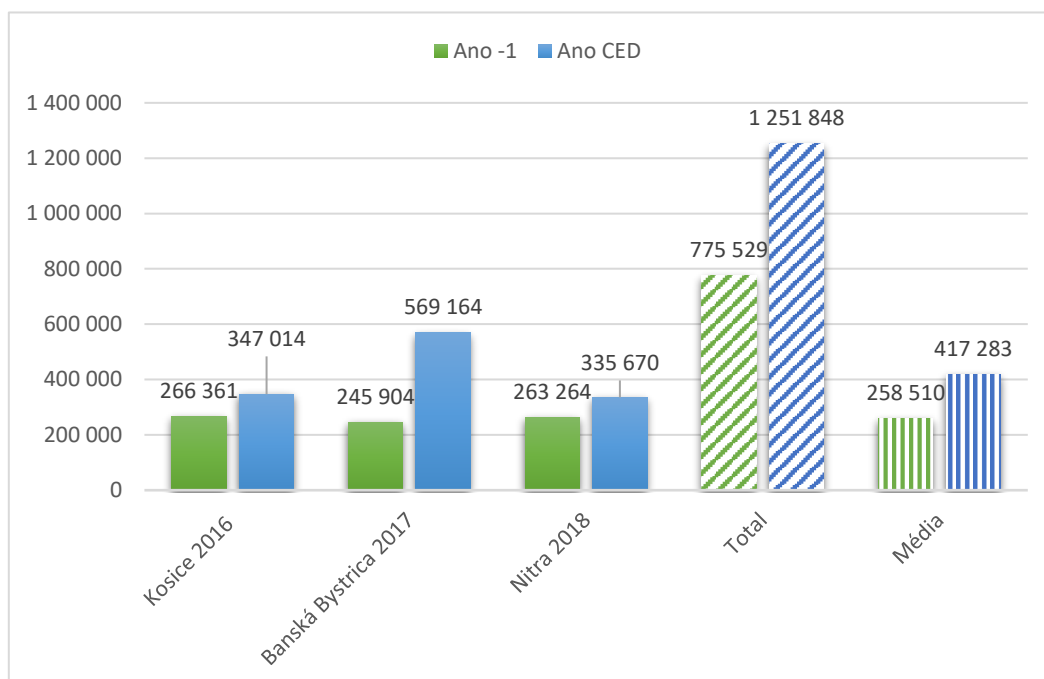
Para além disso, defende ainda que os grandes eventos desportivos surgem como um elemento-chave para a afirmação de uma individualidade mais consciente, o que se traduz em sociedades mais equitativas e promove simultaneamente os destinos turísticos, bem como a interação entre os diferentes atores nos eventos numa perspetiva que visa, em última instância, o desenvolvimento pleno e equilibrado de todos os intervenientes no processo.

No estudo de Matušíková (2020), relativo ao impacto das CED nas cidades eslovacas, é referido que o número de dormidas nessas regiões, no ano de realização do evento teve um aumento significativo relativamente ao ano anterior (Ano -1) em todas as cidades/regiões. Como podemos observar na figura 7, a cidade de Banská Bystrica mais que duplicou o número de dormidas e nas restantes, os valores foram igualmente significativos.

Podemos observar que no total registado nas 3 cidades há um aumento de quase 500 mil dormidas entre o ano anterior e o ano de CED, o que equivale a um crescimento de cerca de 60%.

## Figura 7

### *Nº de dormidas nas regiões das CED na Eslováquia*



*Nota.* Comparação entre o número de dormidas no ano anterior (n-1) e o ano de Cidade Europeia do Desporto. Elaborado pelo próprio.

Estes valores demonstram que a organização das CED nas cidades da Eslováquia teve realmente um impacto enorme nesta variável (nº de dormidas na região CED) com todas as implicações e efeitos em termos económicos, sociais e ambientais inerentes.

Já em Portugal, a Pricewaterhouse Coopers, apresenta o turismo desportivo com um peso entre 10% a 25% das receitas de viagens e turismo internacionais.

Dieguez (2021) informa que o posto de turismo da cidade de Braga registou a passagem de mais de 275 mil turistas na cidade de Braga, o que significa um aumento de 5% relativamente ao período homólogo do ano anterior.

Segundo o INE (2019), cerca de 8,2 milhões residentes em Portugal contribuíram para as cerca de 57,6 milhões de dormidas nos estabelecimentos turísticos (hotéis, pousadas, hostels e alojamentos locais com mais de dez camas) portugueses no ano de 2018.



### **3.2.2.3. A AUTARQUIA, O DESPORTO E A ESCOLA**

A escola está intimamente ligada à vida dos clubes e vice-versa. Ambas se suportam e alimentam mutuamente, proporcionando a formação desportiva dos mais jovens, com diferentes estratégias e meios. Sendo o principal alimentador de todos os sistemas em geral e o desportivo em particular, torna-se fundamental olhar para o sistema educativo e refletir sobre a sua preparação para tal desafio.

O governo português definiu, em 2018, a transferência, para os municípios, das competências na área da educação. Desta forma, como consta da página oficial do governo, as novas competências dos municípios incluem o investimento, equipamento e manutenção de edifícios escolares, alargadas a todo o ensino básico e secundário; o fornecimento de refeições nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário. Estas novas competências incluem igualmente o recrutamento, seleção e gestão do pessoal não docente.

Ao nível das Atribuições Legais inerentes à autarquia, Figueira (2021), destaca a promoção da construção e qualificação de equipamentos desportivos municipais e de projetos nas áreas da educação, expressão físico-motora e desporto escolar.

No entanto, como refere Figueira (2021), a falta de recursos ou a ausência de vocação dos Municípios para a gestão destas atividades, faz com que a mesma seja delegada a outras entidades supostamente mais capazes e aptas para tal.

É nas escolas que podemos moldar comportamentos e criar hábitos e estilos de vida mais ativos e saudáveis através de políticas desportivas concertadas. Desta forma, Figueira (2021) refere que os Municípios devem estar disponíveis para apoiar, estimular e congregar vontades, meios e recursos para melhorar a oferta de prática desportiva na escola. Defende ainda que este apoio tanto poderá ser na melhoria das condições de prática como através da formação de professores.

A presença da educação física no 1º ciclo do ensino básico sempre foi um tema muito debatido, com Pais, professores e responsáveis do governo a criticar a inexistência de uma adequada política de incentivo à educação física neste ciclo escolar. Também os dirigentes desportivos realçaram este facto, revelando que esta lacuna estaria a "ter custos no próprio desenvolvimento do desporto e das diferentes modalidades desportivas" (Constantino, 1999).

#### **3.2.2.4. INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS**

As instalações desportivas municipais são uma das grandes ferramentas, para o desenvolvimento desportivo nos vários concelhos do nosso país.

A aposta em diferentes tipologias de instalações desportivas, permite aos municípios promover a atividade física desportiva a vários níveis, de forma a abranger um leque o mais alargado possível da sua população.

De acordo com o DL n.º 141/2009, de 16 de junho, no seu artigo 5º define diferentes tipologias de instalações desportivas: as instalações desportivas de base, as instalações desportivas especializadas e as instalações desportivas especiais para o espetáculo desportivo.

Como definido na legislação anterior, as instalações desportivas de base podem ser recreativas, quando se destinam à prática desportiva informal, ou formativas, as que são concebidas e destinadas para a educação desportiva de base e atividades propedêuticas de acesso a disciplinas desportivas especializadas, para aperfeiçoamento e treino desportivo. Este tipo de instalação desportiva de base formativa, está normalmente afeto às escolas públicas do ensino básico e secundário, durante o horário de aulas, para funcionamento da disciplina de educação física e das atividades do Desporto Escolar. Após o horário escolar, são utilizadas pelos clubes e associações desportivas do concelho para desenvolvimento das suas modalidades desportivas. Este apoio ao movimento associativo é poucas vezes valorizado pelos seus utilizadores, mas de enorme valor, permitindo a prática desportiva a muitos munícipes e o desenvolvimento de modalidades, mais ou menos exigentes em termos de recursos materiais, pelos clubes e associações desportivas.

As instalações desportivas especializadas são instalações permanentes, concebidas e organizadas para a prática de atividades desportivas específicas, e vocacionadas para a formação e o treino da respetiva disciplina. São instalações que requerem uma gestão mais exigente e cuidada por parte das autarquias e dos seus recursos humanos, tal como as instalações desportivas especiais para o espetáculo desportivo, que preveem a utilização por atletas e organizações viradas para o alto rendimento e com capacidade de receber espetadores e com condições para albergar a comunicação social.

O grande investimento realizado em instalações desportivas no final do século passado e início do presente, é definido por José Manuel Constantino (1999) como um modelo e visão única que não se adequa ao desenvolvimento desportivo. Foram construídas muitas instalações desportivas (piscinas e pavilhões escolares

principalmente) iguais por todo o país sem olhar a necessidades e particularidades regionais e locais.

Todas as decisões devem ser implementadas tendo como base uma reflexão prévia e uma análise aos possíveis efeitos da sua aplicação. Soluções concretizadas "sem planificação e sem um projeto de gestão prévio serão provavelmente mais problemas no futuro" (Lacoba, 2006).

É assim de primordial importância um planeamento cuidado aquando da construção de instalações desportivas, olhando às necessidades reais da população que vai servir, bem como as diferentes características da região e local onde serão implementadas essas infraestruturas.

### **3.3. CIDADES EUROPEIAS DO DESPORTO**

#### **3.3.1. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL E PROCESSOS**

##### **3.3.1.1. ACES EUROPA**

A Associação das Capitais e Cidades Europeias do Desporto (ACES Europe | European Capitals and Cities of Sport Federation), com sede em Bruxelas, não tem fins lucrativos e atribui anualmente, desde 2001, os títulos de Capital, Cidade e Comunidade Europeia do Desporto.

A Cidade Europeia do Desporto é o título concedido pela Associação das Capitais Europeias do Desporto (ACES Europa) às administrações públicas locais europeias, que se destacam no desenvolvimento do setor do desporto. Para se candidatarem, as cidades deverão ter entre 25.000 e 499.999 habitantes.

A alocação desses reconhecimentos é feita de acordo com os princípios que determinam que o desporto é um fator de agregação da sociedade, melhoria da qualidade de vida, bem-estar psicofísico e integração completa na comunidade envolvente.

Esta distinção retrata um reconhecimento internacional, mas também o enaltecimento do trabalho desenvolvido no âmbito das políticas desportivas daquelas cidades naquela que é a maior rede de cidades intitulados como “desportivas” na Europa.

Esta iniciativa recebeu o reconhecimento da Comissão Europeia no Livro Branco (Art. 50.º), sendo a ACES Europe um parceiro oficial da Comissão Europeia na Semana Europeia do Desporto.

O processo de candidatura inicia-se através da sua submissão para Cidade Europeia do Desporto deve ser feita através de carta enviada pelo Presidente da Câmara do Município em questão, com uma declaração formal até ao dia 30 de março do ano anterior ao da candidatura. São admitidas no máximo, 5 cidades do mesmo país cuja admissão é feita por ordem de chegada das candidaturas.

De 1 de Abril até 30 de junho, as cidades candidatas devem preparar o seu dossier de candidatura e entregá-lo na ACES Europa com o pagamento de uma taxa de inscrição de €2.350.

De acordo com a perceção da qualidade e força dos dossiers de candidatura, são escolhidos dois candidatos que irão competir pelo prémio. Esta comunicação ocorre até ao dia 31 de julho.

Durante o mês de outubro são feitas as visitas do comité de avaliação da ACES Europa às 2 cidades finalistas, sendo a vencedora anunciada oficialmente na gala anual que ocorre no Parlamento Europeu, em Bruxelas, durante o mês de novembro.

Na análise de candidaturas, uma equipa de avaliação da ACES Europa, desloca-se às cidades candidatas para uma avaliação das instalações desportivas, dos programas desportivos e do desenvolvimento desportivo das populações. A cidade que reunir melhores condições e boas práticas no setor desportivo, será eleita vencedora.

### **3.3.1.2. ACES PORTUGAL**

A Associação Portuguesa das Cidades Europeias do Desporto (ACES | Portugal) foi criada no âmbito de apoio e promoção das candidaturas provenientes das Autarquias Portuguesas ao reconhecimento por parte da ACES Europa como Cidades ou Capitais Europeias do Desporto.

Tem como missão ser o veículo condutor das Autarquias Portuguesas nas suas Candidaturas junto da ACES Europa, tendo como valor principal a promoção e o desenvolvimento do Desporto para Todos, conforme definido na Carta Europeia do Desporto para Todos.

Pretende proporcionar a toda a comunidade integrada no target das Cidades Europeias do Desporto uma prática desportiva de elevada qualidade.

A ACES PORTUGAL tem como valor principal a promoção e o desenvolvimento do Desporto para Todos, conforme definido na Carta Europeia do Desporto para Todos e designadamente:

#### **1 – RELAÇÕES SOCIAIS**

Promover e melhorar a condição física e mental, bem como o desenvolvimento das relações sociais através da organização ou participação em atividades recreativas.

#### **2 – PLANOS, PROGRAMAS E ACCÇÕES**

Promover políticas municipais que incentivem e promovam o desporto para todos, através de planos, programas e ações voltadas para a população em geral.

#### **3 – INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE**

Promover a inclusão social, igualdade de oportunidades e melhorar a saúde dos cidadãos, fomentando a prática desportiva em todos os segmentos da população.

#### 4 – IMPLEMENTAR O IDEAL

Promoção do desenvolvimento de espaços e infraestruturas desportivas projetadas para implementar o ideal do desporto para todos.

#### 5 – FOMENTAR A EDUCAÇÃO E A SAÚDE

Impulsionar a organização de eventos e atividades desportivas de forma a fomentar a educação e a saúde pelo desporto.

#### 6 – APOIAR ACES EUROPE

Apoiar e desenvolver as atividades e propostas que a ACES EUROPE realize em Portugal.

### **3.3.2. IMPACTOS NO TERRITÓRIO E NO DESPORTO**

Como resultado da atribuição do prémio, a ACES EUROPE aponta que as cidades galardoadas são reconhecidas como “cidades do desporto” a nível europeu. Este reconhecimento permite a identificação da cidade e campanhas de promoção e valorização desportiva na União Europeia e deixa um legado de um melhor futuro desportivo aos seus cidadãos. Por exemplo, em Antuérpia, capital europeia do desporto em 2013, a população ativa aumentou cerca de 10%. Outro dos benefícios apontados pela ACES EUROPE na sua página web, é o impacto nos media com a divulgação e promoção das atividades desenvolvidas e a transmissão televisiva ou por *streaming* de alguns eventos a atingir milhões de pessoas.

O retorno financeiro que advém da atribuição do galardão às cidades vencedoras é referido como tendo grande impacto para as cidades e regiões, apontando a ACES EUROPE, como exemplo, a cidade de Logronho, capital europeia do desporto em 2014 com um retorno de 44,5 milhões de euros associados à atribuição do prémio.

A troca de boas práticas com outras cidades vizinhas e a participação em vários congressos permite melhorar as políticas desportivas das cidades.

Ainda de acordo com a ACES EUROPE, o número de atividades desportivas realizadas durante o ano permite trazer muitos visitantes à cidade galardoadas e simultaneamente torná-la mais viva. No ano 2015 em Turim decorreram cerca de 1000 eventos ao longo de todo o ano, permitindo uma promoção e visibilidade enorme em toda a Europa, mas principalmente no seu país e na sua região.

A ACES EUROPE defende 5 grandes valores que devem ser potenciados nas cidades candidatas:

- Gosto pela prática desportiva;
- Vontade de alcançar objetivos;
- Espírito de comunidade;
- Incentivo ao Fair play;
- Melhoria da saúde,

Para além dos objetivos acima apresentados, que são as grandes bandeiras que a organização defende, as CED devem obrigatoriamente desenvolver durante o ano de atividade, como mínimo:

- I. Um Seminário ou competição desportiva de carácter internacional;
- II. Apresentar um programa com 50 eventos/ atividades desportivas.

## CAPÍTULO IV

### METODOLOGIA

#### 4.1. UNIVERSO E AMOSTRA

Nos últimos anos surgiu na Europa, o prémio de “Cidade Europeia do Desporto” que visa reconhecer as administrações públicas locais europeias que se destacam pela qualidade e empenho das suas intervenções no desenvolvimento do desporto e têm como objetivo promover na Europa as boas práticas neste setor.

Desde 2007 já foram distinguidas na Europa, 177 cidades de vários países diferentes.

A amostra da nossa investigação incidiu sobre as cidades europeias do desporto distinguidas desde o início da atribuição desse prémio no nosso país, no ano de 2013 em Guimarães, passando pela cidade da Maia em 2014, Loulé em 2015, Setúbal em 2016, Gondomar em 2017, Braga em 2018, Portimão em 2019 até Odivelas no ano de 2020.

#### 4.2. MÉTODOS E TÉCNICAS

Neste estudo foram utilizadas diferentes abordagens para a análise das candidaturas e dos relatórios finais.

Para análise das candidaturas foi efetuada uma abordagem qualitativa e interpretativa, uma vez que as mesmas não apresentam dados quantitativos, mas sim, objetivos, ideias e conceitos. Desta forma, procurámos enumerar os grandes objetivos de cada uma das candidaturas e identificar quais são comuns e em quais se diferenciam uns dos outros. Estes objetivos são distintos em cada candidatura de acordo com as particularidades de cada cidade no que respeita às suas características geográficas, sociais, culturais e desportivas.

Para análise dos relatórios finais, utilizámos uma abordagem quantitativa através dos dados apresentados nesses mesmos relatórios. Muitos dos dados são comuns às diferentes CED, o que permite a utilização da estatística descritiva para sumariar e descrever os atributos mais proeminentes aos dados.

Utilizámos gráficos de frequências absolutas e acumuladas, bem como medidas de localização central, como a média, para caracterizar a amostra estudada nas variáveis:

- Número de eventos desportivos realizados;
- Número de modalidades desportivas nas atividades das CED;



- Âmbito dos eventos desportivos organizados nas CED;
- Carácter dos eventos desportivos das CED;
- Número de eventos de Cultura e Formação;
- Número de Atividades de Desporto para Todos;
- Número de participantes;
- Número de voluntários;
- Número médio de voluntários por atividade desportiva;
- Investimento das Câmaras Municipais;
- Retorno financeiro esperado das CED
- Relação Investimento/ Retorno financeiro estimado;
- Percentagem de retorno em relação ao investimento;
- Alcance das CED;
- Engajamento digital das CED.

#### **4.3. INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS**

Para recolha da informação necessária à nossa investigação recolhemos toda a documentação, relativa às candidaturas portuguesas distinguidas, no site da ACES Portugal em <https://acesportugal.pt/>.

Relativamente aos relatórios finais das CED portuguesas, os mesmos foram disponibilizados pelas Câmaras Municipais e pela própria ACES Portugal, à exceção da Maia 2014 que não respondeu aos nossos inúmeros pedidos e cujo relatório não constava igualmente dos arquivos da ACES Portugal.

## CAPÍTULO V

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

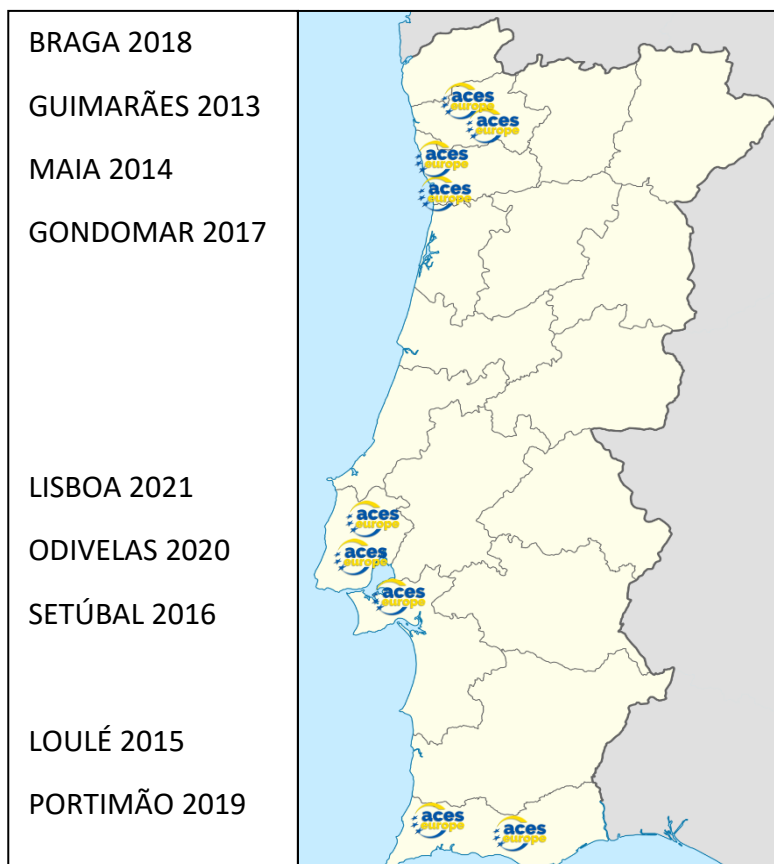
#### 5.1 CANDIDATURAS PORTUGUESAS SELECIONADAS

As cidades portuguesas desde o ano de 2013 têm efetuado as suas candidaturas a Cidade Europeia do Desporto (CED) junto da ACES Europa, como forma de ver reconhecido o seu trabalho e “atrair a atenção do mundo para uma pequena cidade europeia que é capaz de grandes feitos” como vem declarado na candidatura de Guimarães 2013. Foi precisamente esta cidade a primeira no nosso país a ser distinguida pela ACES Europa como Cidade Europeia do Desporto.

A partir de 2013, todos os anos tem sido atribuído o título de CED a uma cidade em Portugal:

#### Figura 8

*Cidades Europeias do Desporto em Portugal*



*Nota.* Elaborado pelo próprio.

Pela observação da figura 8, facilmente associamos as cidades selecionadas com as zonas do país mais densamente povoadas e desenvolvidas economicamente.

Da análise das candidaturas apresentadas pelas cidades portuguesas e algumas europeias verificamos que de uma forma geral apresentam uma estrutura semelhante ao longo dos anos respeitando as normas aconselhadas pela ACES Europa, nomeadamente:

- Informação geral da cidade e responsável pela área do desporto na câmara municipal;
- Apresentação das infraestruturas desportivas existentes no concelho, que tipo de utilização têm e em que estado se encontram;
- Quais os gastos em manutenção desses equipamentos nos últimos 3 anos;
- Qual o investimento previsto em infraestruturas desportivas nos próximos 3 anos;
- Qual o orçamento anual para o Desporto e o seu valor relativo ao Orçamento geral;
- Se existe um plano de desenvolvimento desportivo na cidade e quais os seus objetivos;
- Acesso às instalações desportivas municipais por parte dos clubes/associações e da população em geral;
- Quais os clubes e associações que disputam campeonatos nacionais;
- Caracterização do voluntariado desportivo e de que forma é apoiado pela câmara;
- Eventos e projetos desportivos desenvolvidos pela câmara municipal;
- Que medidas são tomadas para a promoção da saúde e integração social, dos mais desfavorecidos às populações especiais;
- Como a cidade promove o fair-play
- Que percentagem da população pratica desporto e número de federados nas várias associações desportivas;
- Quais as medidas propostas para aumentar a prática desportiva da população;
- Que medidas e incentivos existem à mobilidade sustentável e qual a política de transportes públicos;
- Que atividades de promoção faz o município do turismo associado à prática desportiva;
- Que encontros existem entre as associações desportivas, os operadores turísticos e os económicos;
- Que medidas políticas existem de forma a facilitar o desenvolvimento de projetos de turismo associado ao desporto;
- Qual o plano de comunicação e como vai ser promovida a candidatura e desenvolvida a CED;

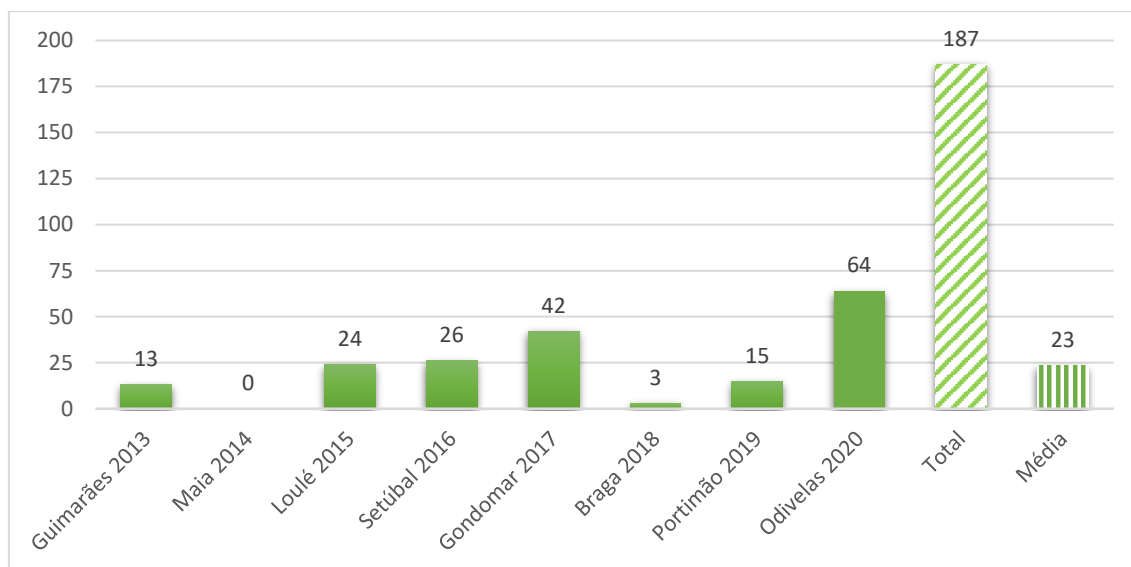
- Quais as relações entre o município e as instituições políticas e desportivas locais, regionais e nacionais;
- Que protocolos existem com clubes e associações e que mais serão promovidos na CED;
- Qual o papel do desporto na cidade para atingir os 5 objetivos do manifesto da ACES Europe:
  - ❖ Gosto pela prática desportiva;
  - ❖ Vontade de alcançar objetivos;
  - ❖ Espírito de comunidade;
  - ❖ Incentivo ao Fair play;
  - ❖ Melhoria da saúde;
- Que iniciativas e atividades irão contribuir para o sucesso da CED;
- Quais as vantagens sociais de ser CED;
- Calendário de eventos e atividades desportivas para a CED;

Todos estes pontos são de alguma forma respondidos ou abordados em todas as candidaturas apresentadas desde 2013 com especial enfoque nos 5 objetivos do manifesto da ACES Europa.

Todas as candidaturas por nós analisadas, tanto portuguesas como de outros países europeus, apresentam cartas de apoio dos respetivos presidentes de câmara, vereadores, bem como do secretário de estado do desporto do governo da altura. Da mesma forma presente em todos os projetos, à exceção da Maia, são apresentadas figuras do desporto, de reconhecido valor, dessa cidade ou região como embaixadores e patronos da Cidade Europeia do Desporto em questão. Como podemos observar na figura 9, no total das 8 candidaturas, foram 187 as figuras públicas ou relacionados com o desporto, que deram o rosto pelas várias CED, promovendo a candidatura junto da população local, regional e nacional.

## Figura 9

### Nº de embaixadores da candidatura



Nota. Os dados da Maia 2014 não foram disponibilizados. Elaborado pelo próprio.

Para além do cumprimento das normas sugeridas pela ACES Europa, cada autarquia apresenta igualmente objetivos específicos e de acordo com as suas políticas desportivas e as suas apostas mais localizadas.

Desses objetivos, identificamos aqueles que surgem de uma forma mais evidente e regular que de alguma forma, as cidades candidatas percecionam como fortes trunfos nas suas candidaturas.

A maioria das cidades apresenta a visibilidade internacional que o prémio lhes dará, como um dos principais objetivos da sua candidatura, ficando de alguma forma referenciadas como pertencendo a um grupo restrito de cidades próximas da atividade desportiva e associadas a grandes eventos desportivos.

A partilha da obra já realizada e do investimento feito na área do desporto e na construção de instalações desportivas de utilização comunitária foi igualmente enaltecida por quase todas as candidatas a CED.

Algumas candidaturas, como Guimarães, Setúbal, Braga, Portimão e Odivelas apresentam a construção de infraestruturas desportivas para grandes eventos como algo diferenciador. No entanto, num estudo publicado nos últimos anos (Teixeira & Ribeiro, 2016) verificaram que o investimento realizado na construção de infraestruturas desportivas em Portugal não influencia o número de atletas, o que levou os autores do

artigo a concluir que as infraestruturas atualmente existentes em Portugal são adequadas e atrativas.

**Tabela 1**

*Principais Objetivos das CED portuguesas*

OBJETIVOS	CIDADES EUROPEIAS DO DESPORTO - PORTUGAL								Total
	Guimarães 2013	Maia 2014	Loulé 2015	Setúbal 2016	Gondomar 2017	Braga 2018	Portimão 2019	Odivelas 2020	
Apoio ao movimento associativo e desportivo	x	x	x	x	x	x	x	x	8
Elevada taxa de participação desportiva	x	x	x	x	x	x	x	x	8
Implementação de política orientada para a promoção da atividade física e prática desportiva regular	x	x	x	x	x	x	x	x	8
Coesão sociocultural	x	x	x	x	x	x	x	x	8
Integração social	x	x	x	x	x	x	x	x	8
Melhorar a qualidade da saúde	x	x	x	x	x	x	x	x	8
Parceria com investigação académica	x	x	x	x	x	x	x	x	8
Visibilidade internacional	x		x	x	x	x	x	x	7
Partilhar a obra e investimento feito na área do desporto na construção de instalações desportivas de utilização comunitária.	x	x	x	x		x	x	x	7
Paixão pelo desporto	x	x	x	x	x	x	x	x	7
Investimento em parques urbanos de lazer	x				x	x	x	x	5
Construção de infraestruturas desportivas para grandes eventos	x			x		x	x	x	5
Desporto e Turismo	x		x	x					3
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	

*Nota.* elaborado pelo próprio.

A paixão pelo desporto, associada a uma elevada taxa de participação desportiva da população local e uma política desportiva orientada para a prática desportiva regular suportam de uma forma evidente todas as candidaturas.

Todas as candidaturas demonstram uma grande preocupação com a integração social das populações mais desfavorecidas bem como no desenvolvimento de atividades

desportivas e apoios às populações especiais com especial destaque para o desporto adaptado que teve especial atenção de todas as cidades candidatas.

Guimarães, Gondomar, Braga, Portimão e Odivelas fizeram uma forte aposta e investimento em parques urbanos para a prática desportiva de lazer de toda a comunidade. Estes parques, são zonas verdes no meio citadino que permitem uma grande variedade de atividades recreativas (descanso, lazer, desporto) enquadradas num ambiente agradável, próximo das áreas de residência, promovendo o exercício físico ao ar livre de uma forma global e autónoma.

A relação entre o desporto e o turismo tem vindo a ser cada vez mais estreita e próxima, justificando por parte das cidades de Guimarães, Loulé e Setúbal uma referência muito vincada como uma ligação onde todos saem a ganhar. As atividades desportivas acolhem participantes e espetadores que nelas participam provenientes muitas vezes de regiões e países diferentes e que proporcionam um crescimento desses dois fenómenos.

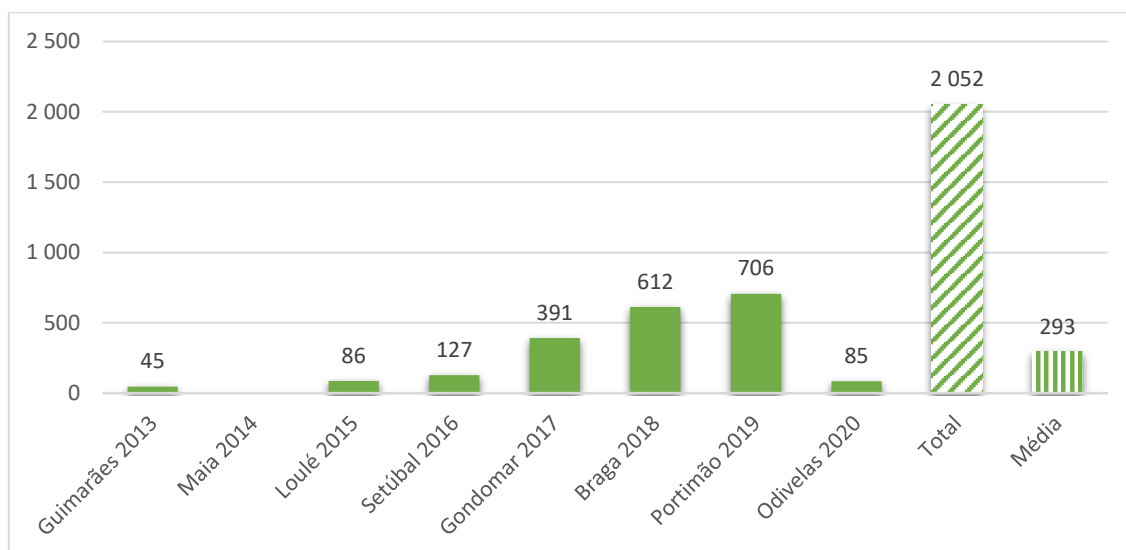
Algumas candidaturas foram redigidas em português e inglês e outras apenas em português.

## 5.2. RELATÓRIOS FINAIS

A realização e promoção de eventos desportivos são a grande forma de alavancar e suportar as CED. Todas as cidades assim o entenderam e ao longo dos anos conseguimos perceber perfeitamente um crescimento do seu número até Odivelas 2020. O efeito da pandemia em março de 2020 fez-se sentir, com a paralisação de todas as atividades desportivas no nosso país. Esta situação está bem visível no menor nº de eventos realizados na CED de Odivelas, que teve necessidade de adaptar muitas dessas atividades às recomendações da DGS para o acesso à prática desportiva e aos recintos desportivos.

**Figura 10**

*Nº de eventos desportivos*



*Nota.* Número de eventos desportivos realizados em cada Cidade Europeia de Desporto. Os dados da Maia 2014 não foram disponibilizados. Elaborado pelo próprio.

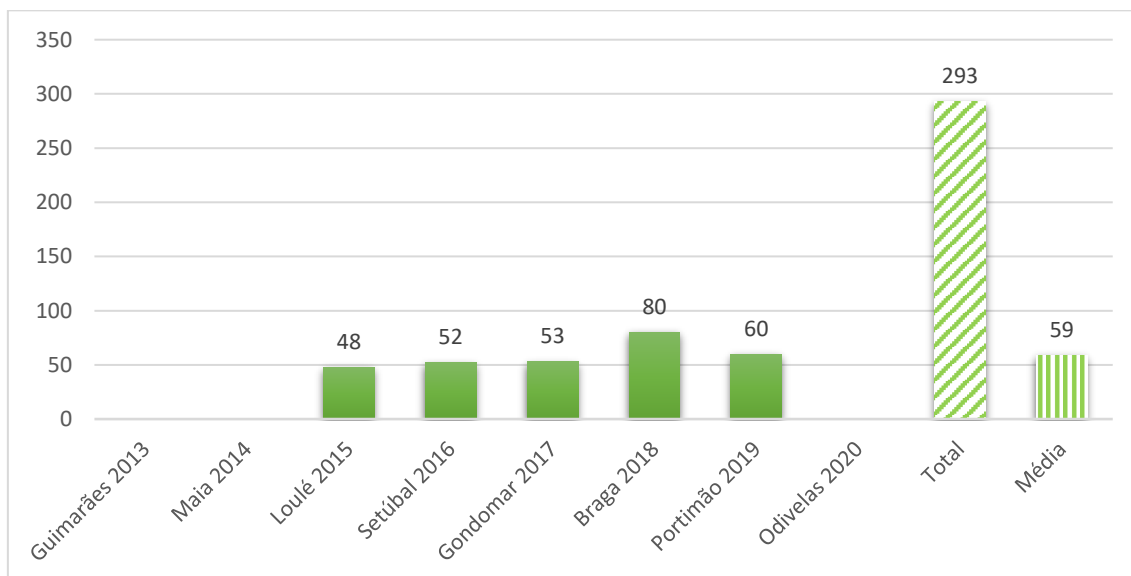
Em média desenvolveram-se nestas 7 CED, 293 eventos desportivos numa variedade incrível de modalidades, totalizando umas impressionantes 2052 atividades desportivas desde Guimarães 2013.

Um dos grandes objetivos das CED é proporcionar a prática de atividade física aos seus munícipes e promover, juntamente com os clubes, associações e federações desportivas, modalidades que possuem menos recursos para a sua divulgação, mas complementando a sua intervenção com destaque para modalidades que pela sua grandeza atraem muito público. Nos relatórios apresentados pelas cidades galardoadas algumas fizeram questão de quantificar o número de modalidades que foram abrangidas ao longo do ano.



**Figura 11**

*Nº de modalidades nas atividades desportivas das CED*



*Nota.* Número de diferentes modalidades desenvolvidas durante as Cidades Europeias de Desporto. Os dados de Guimarães, Maia e Odivelas não disponibilizados. Elaborado pelo próprio.

Como podemos confirmar através da análise do gráfico da figura 11, foram promovidas atividades desportivas abrangendo em média, 59 modalidades diferentes. A cidade de Braga foi a mais ambiciosa oferecendo aos seus munícipes 80 modalidades diversas, proporcionando à sua população um contacto mais próximo com inúmeras modalidades com menor expressão como o Frisbee, o Horseball ou o Street Workout. Para além destas, ainda houve uma enorme oferta de desporto adaptado, em modalidades individuais tão díspares como a Escalada, Dança, Judo e coletivas como o Basquetebol em cadeira de rodas entre muitas outras numa preocupação que foi transversal a quase todas as CED, de proporcionar a atividade física a todas as populações especiais.

Estes eventos desportivos, foram na sua grande maioria, de carácter regional/nacional, 1841 eventos (90% do total), sendo 211 de carácter internacional (10% do total).

### Figura 12

*Âmbito do total de eventos desportivos das CED portuguesas*



*Nota.* elaborado pelo próprio.

De entre os eventos de carácter internacional, destacam-se a nas CED portuguesas, a World League Voleibol, com a presença das seleções de Portugal, Coreia do Sul e Japão que decorreu em Guimarães 2013; a Taça do Mundo de Trampolins, Duplo Mini e Tumbling, a Taça Europeia de Triatlo e o Campeonato do Mundo de Pesca Desportiva que decorreram em Loulé 2015; a Qualificação Olímpica da FINA em águas abertas e o Circuito Europeu de Standup Paddle em Setúbal 2016; Campeonato Mundial Universitário de Ciclismo e Jogo Internacional de Futebol entre as Seleções AA de Portugal e Tunísia em Braga 2018; O Mundial de Motonáutica, a Copa Ibérica em Futebol e a Record Masters de Futsal em Portimão 2019.

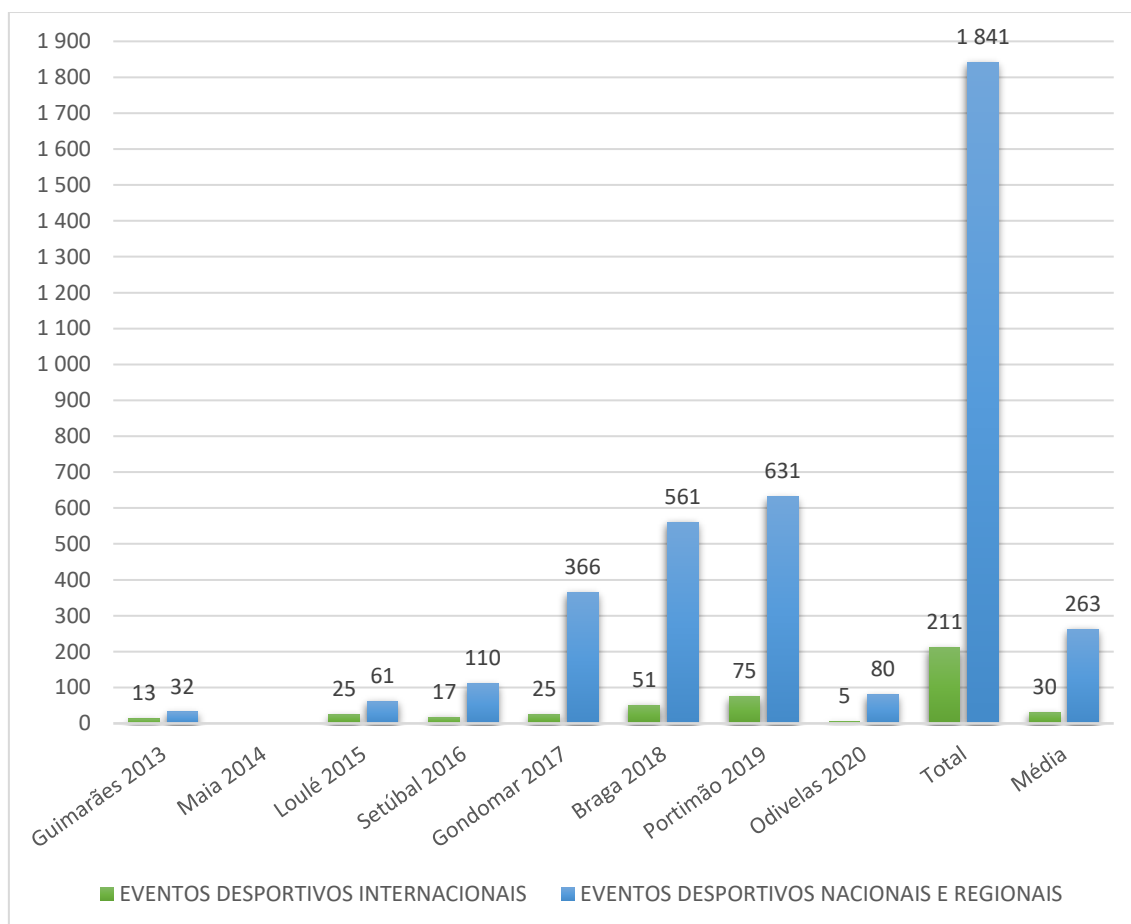
Todos estes eventos de carácter internacional, permitiram uma maior visibilidade e promoção, da CED e da região em que está inserida, além-fronteiras com todos os benefícios inerentes.

Da mesma forma, a presença de atletas de alto nível internacional que são referências das mais variadas modalidades, servem de motivação e aproximação à prática dessa mesma modalidade.

Quando analisamos estes eventos por CED, verificamos a tendência crescente do número de eventos regionais/nacionais e internacionais, à exceção de Setúbal 2016 que teve um decréscimo de eventos internacionais face a Loulé 2015.

**Figura 13**

*Caráter dos eventos desportivos por CED*



*Nota.* Os dados de Maia não foram disponibilizados. Elaborado pelo próprio.

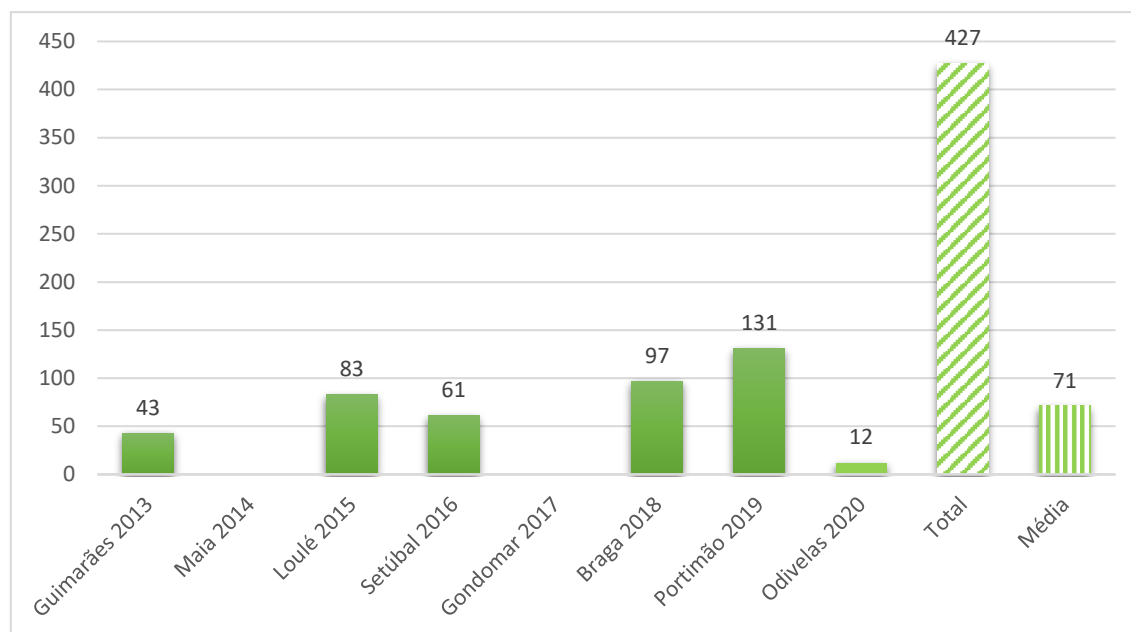
Este aumento sucessivo do número de eventos será natural, e poderá explicar-se pela experiência que as cidades passam de ano para ano às suas congéneres, permitindo melhorar processos e procedimentos. Da mesma forma, com o passar dos anos e a continuação de cidades portuguesas premiadas, as próprias associações e federações desportivas nacionais estarão mais sensibilizadas e despertas para as oportunidades que as CED proporcionam às suas modalidades, dando-lhes mais visibilidade e agenda no território nacional e mais em particular nas regiões dessas mesmas CED.

De uma forma geral, todas as cidades aproveitaram a atribuição do galardão de CED para promover alguns eventos culturais, já existentes e regularmente realizados,

adaptando os mesmos ao tema das Cidades Europeias do Desporto. Da mesma forma programaram vários eventos de formação relacionados com o desporto.

### Figura 14

*Nº de eventos de cultura e formação*



*Nota.* Os dados da Maia e Gondomar não foram disponibilizados. Elaborado pelo próprio.

Ao longo das várias CED foram promovidos um total de 427 eventos relacionados com a cultura e formação numa média de 71 por ano. Nestas atividades contabilizam-se vários congressos e seminários relacionados com uma enorme variedade de temáticas associadas ao desporto, como a medicina desportiva, o treino, a psicologia, a gestão, o exercício e a saúde, a par do papel do desporto enquanto pilar de desenvolvimento humano.

A cidade de Portimão foi a CED que mais eventos de formação e cultura organizou, num total de 131.

De uma forma geral, as CED apresentam durante a sua programação, várias atividades que apelam ao convívio entre os cidadãos e a um estilo de vida saudável. Muitas dessas atividades visam estimular o desporto para todos, independentemente da idade, género e condição física ou social.

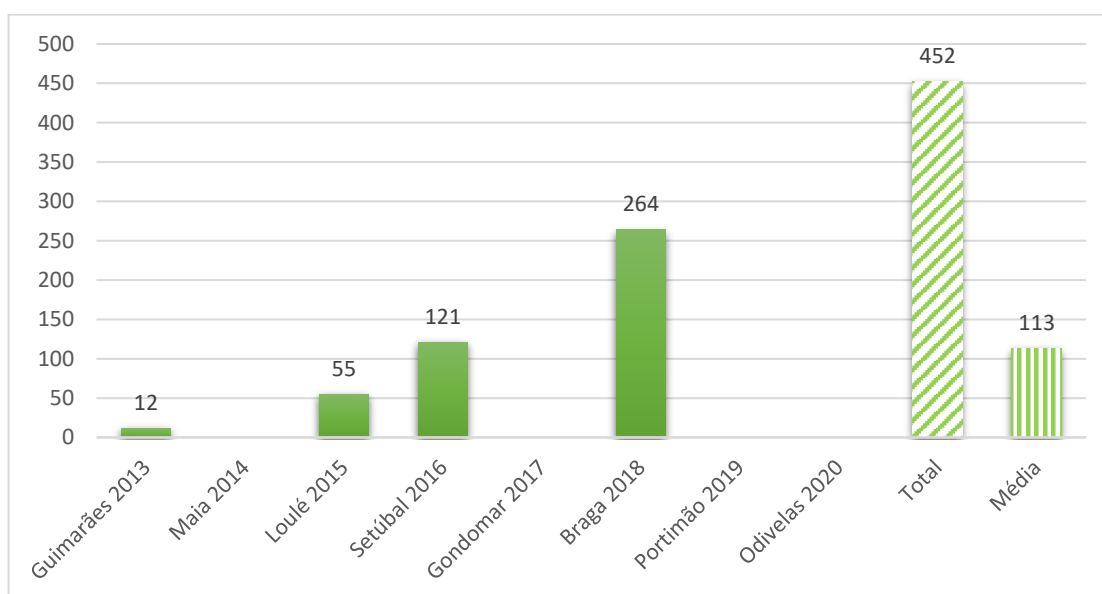
Desta forma pretendem captar novos públicos para a prática desportiva bem com diversificar a implementação de novas modalidades.

A aproximação à comunidade escolar e aos eventos associados ao Desporto Escolar, quer de carácter regular quer dos projetos complementares associados, permitem às CED, o acesso a várias atividades de grande visibilidade e participação com baixos custos associados.

Em quase todas as CED que decorreram desde 2013, as cidades envolvidas receberam eventos de carácter local e nacional do Desporto Escolar, como o Corta-mato, Megasprinter e Campeonatos Nacionais de várias modalidades que têm a participação de centenas de alunos de todo o país e diferentes idades.

**Figura 15**

*Nº de atividades Desporto para todos*



*Nota.* Os dados da Maia, Gondomar, Portimão e Odivelas não foram disponibilizados. Elaborado pelo próprio.

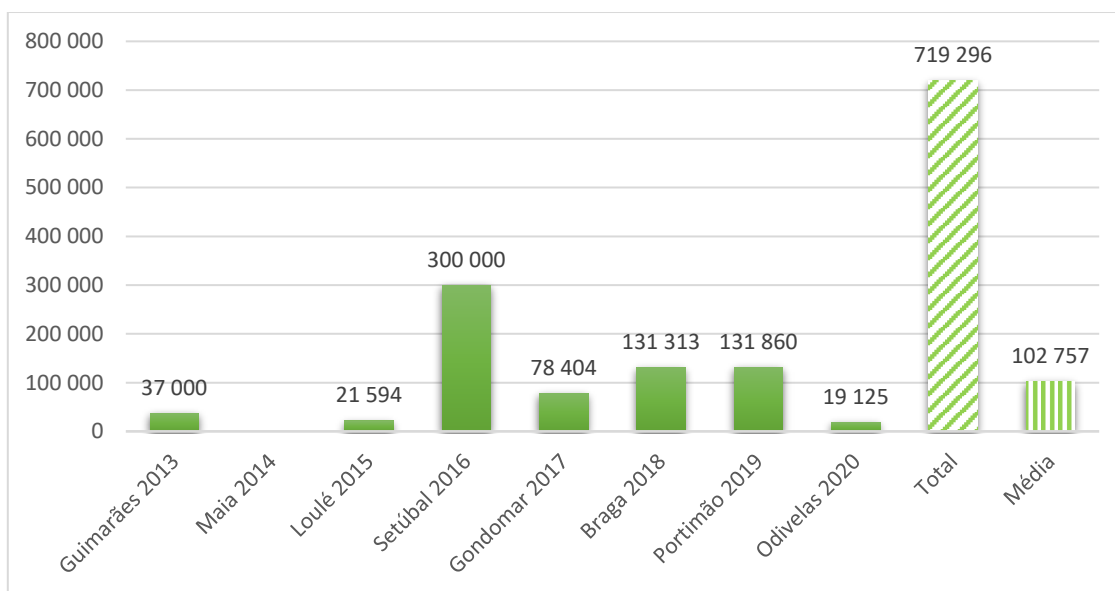
Ainda dentro desta categoria foram contabilizadas diversas atividades de desporto adaptado, tanto a nível de competição formal como informal de promoção e divulgação das várias modalidades abordadas.

A cidade de Braga, em 2018 organizou 264 atividades deste carácter, destacando-se bastante das restantes CED. A falta de uniformidade dos relatórios não permitiu contabilizar as atividades desta categoria noutras CED que desenvolveram com toda a certeza eventos desportivos desta índole, mas não as catalogaram no seu relatório final da mesma forma.

Relativamente ao número de participantes em cada CED, segundo os relatórios elaborados pelas respetivas cidades, Setúbal 2016 foi a que apresentou um maior número de participantes, atingindo os 300 mil ao longo do ano de desenvolvimento do projeto.

**Figura 16**

*Número de participantes*



Nota. Os dados da Maia não foram disponibilizados. Elaborado pelo próprio.

O impacto do estado de pandemia e o confinamento geral a que toda a população portuguesa esteve sujeito a partir de março de 2020 ajudará obviamente a explicar o menor número de participantes na CED Odivelas 2020.

Mesmo com estes constrangimentos, a CED Odivelas procedeu à adaptação de quase todas as atividades previstas a partir de março, de forma a manter o planeamento previsto.

No total destes 7 anos de CED em Portugal, cerca de 719 mil pessoas participaram em atividades desenvolvidas nessas cidades, numa média superior aos 100 mil por CED. Estes números suportam o impacto positivo que as CED têm junto da população das cidades onde são desenvolvidas, criando uma oferta desportiva e um dinamismo únicos.

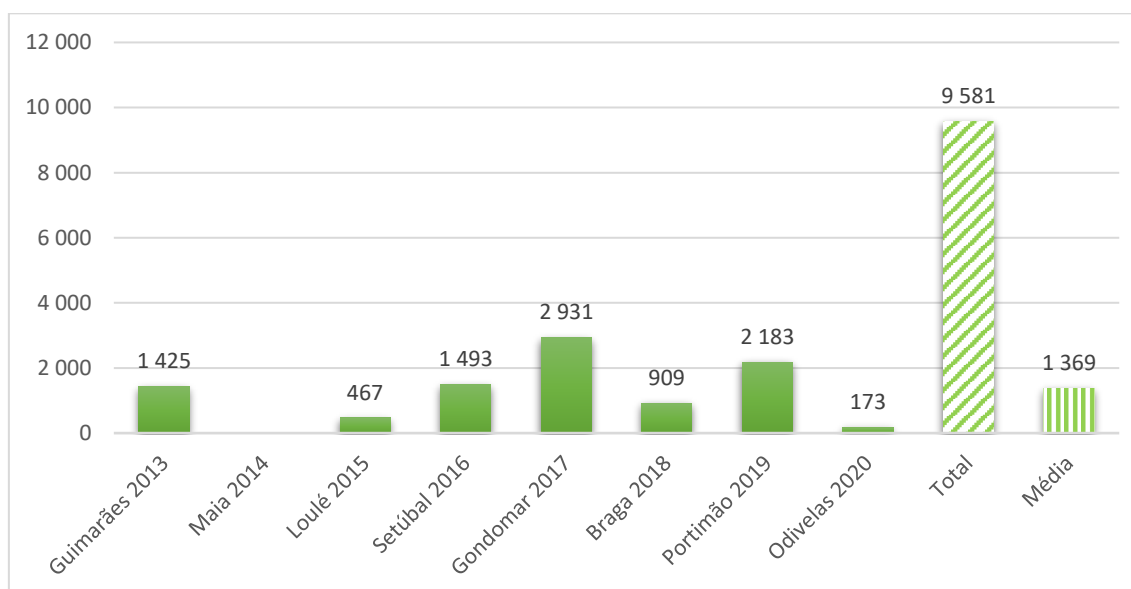
Os voluntários são cada vez mais elementos preponderantes na organização de eventos desportivos, permitindo aos recursos humanos das organizações focarem-se nas tarefas específicas inerentes a todo o processo organizacional.

Banza (2019) refere na sua investigação que as motivações dos voluntários oscilam entre o altruísmo do auxílio num megaevento e o deslumbramento da participação num evento que envolve os maiores nomes do desporto e um leque de modalidades impossível

de contactar em situações comuns. A possibilidade de contatos culturais, interações impossíveis em outras situações são motivações válidas, mas sempre com a presença forte da importância do papel de cada um na concretização de um megaevento que de outra forma seria inviável. O voluntariado assume, para os seus intervenientes, uma forma ativa de participação, uma observação exterior do que se passa no interior de um megaevento desportivo. Esta participação impossibilita usufruir de cada uma das modalidades, de observar cada prova, mas possibilita uma satisfação única, pessoal e quase impossível de descrever; uma satisfação de tal forma gratificante que a grande maioria reconhece que é para repetir em futuros eventos.

**Figura 17**

*Número de voluntários*



*Nota.* Os dados da Maia não foram disponibilizados. Elaborado pelo próprio.

As sete Cidades Europeias do Desporto registaram a participação de quase 10 mil voluntários, numa média de 1400 voluntários por CED, com Gondomar 2017 a registar o maior número de voluntários mobilizados (2.900).

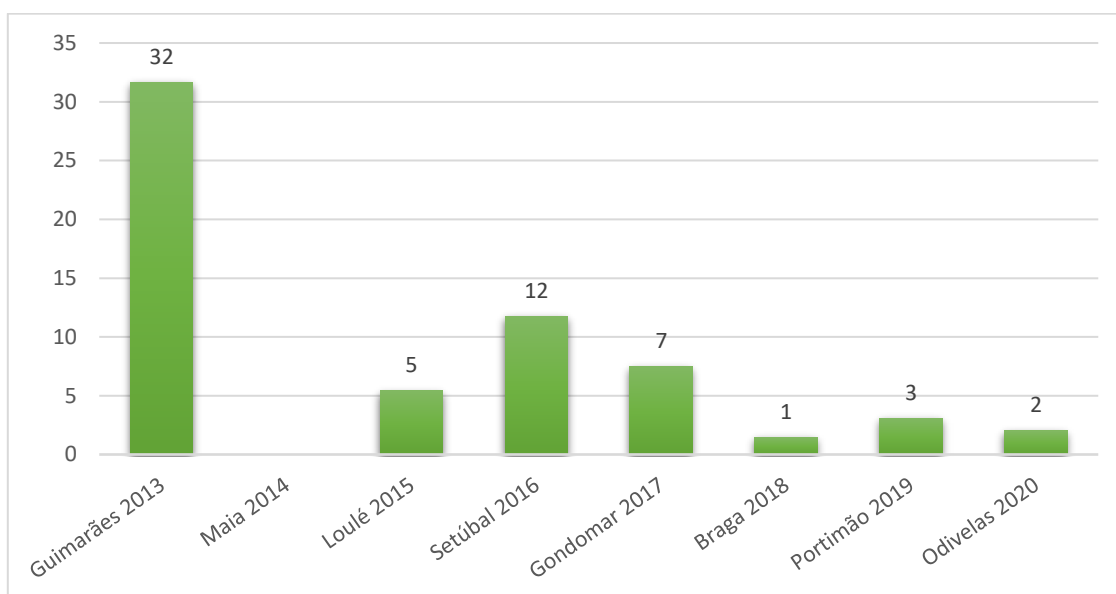
A proximidade da relação entre a autarquia e os agrupamentos escolares e o ensino universitário, permite um grande envolvimento de alunos de cursos profissionais ligados ao desporto e mesmo de alunos do ensino universitário que têm aqui uma ótima oportunidade para viverem de perto a organização de vários eventos diferenciados ao

longo do ano e participarem num grande evento como são as Cidades Europeias do Desporto.

A CED Guimarães 2013 foi a que disponibilizou um maior número de voluntários por atividade, alocando uma média de 32 voluntários a cada evento, número bastante superior a qualquer outra CED. As CED de Braga, Portimão e Odivelas apresentaram um número de voluntários baixo por cada atividade.

### Figura 18

*Nº médio de voluntários por atividade desportiva*



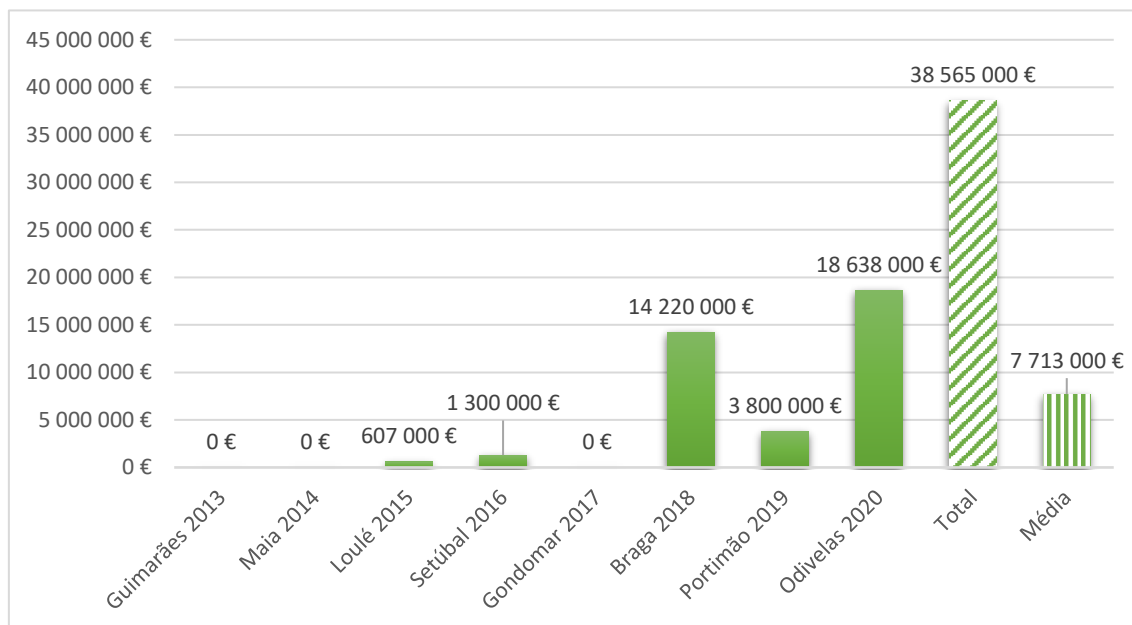
*Nota.* Os dados da Maia não foram disponibilizados. Elaborado pelo próprio.

A candidatura a CED pressupõe a existência de infraestruturas desportivas municipais com alguma diversidade e qualidade. Assim, muitas das cidades candidatas já apresentam condições de prática desportiva diversificada e elevados índices de prática desportiva. No entanto, algumas CM aproveitaram o evento para realizar grandes investimentos em infraestruturas desportivas para grandes eventos.



**Figura 19**

*Investimento das Câmaras Municipais*



Nota. Os dados de Guimarães, Maia e de Gondomar não foram disponibilizados. Elaborado pelo próprio.

As CED de Braga 2018 e Odivelas 2020 mostraram-se como as mais fortes em investimento feito ao longo do ano em questão. Com valores aproximados de €14M e €18M respetivamente. Incluíram nesses valores, para além de toda a programação e promoção da CED, a requalificação e construção de infraestruturas multidesportivas de grande envergadura. Em Braga a requalificação do Parque da Rodovia teve um investimento aproximado de €3M e do Altice Fórum Braga no valor de €9M. Na cidade de Odivelas, a construção de 2 Complexos Desportivos tiveram um investimento aproximado de €12M e a Casa da Ginástica de Portugal que surgiu a partir de um polidesportivo descoberto e sem estruturas de apoio, com um custo de €3M.

A CED de Portimão fez igualmente um investimento significativo num total de €3,8M onde o Pavilhão Municipal da Boavista, com um valor de €1,38M consumiu grande parte do valor total do investimento.

Em Setúbal 2016, o investimento realizado foi menor (€1,3M) havendo a salientar a beneficiação e requalificação de algumas infraestruturas já existentes com especial relevo para o Complexo Municipal de Atletismo e as piscinas municipais.

A CED Loulé 2015, foi de todas, a que apresentou menor valor de investimento relacionado com o evento. O relatório final salienta o forte investimento, já realizado, nas instalações desportivas do concelho, que lhes permite acolher as mais importantes provas

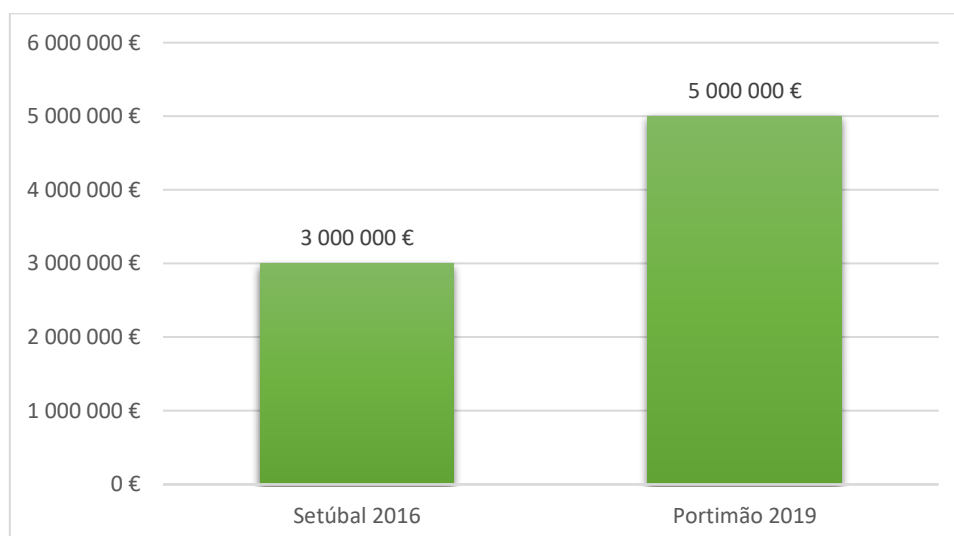
nacionais e internacionais. Desta forma, a construção do Skate Park de Loulé e a requalificação de vários espaços de prática desportiva, foram os principais investimentos realizados por este município.

O forte investimento das Câmaras Municipais, num total próximo dos €40M e com uma média de €7,7M por CED, é elucidativo da forte aposta que todas fazem neste projeto com o objetivo de atingir os objetivos a que se propõem e visa igualmente um retorno esperado no final das várias atividades e eventos promovidos.

Apenas as CED de Setúbal 2016 e Portimão 2019 perspetivaram o retorno financeiro estimado no âmbito do evento em questão.

### **Figura 20**

#### *Retorno financeiro estimado das CED*

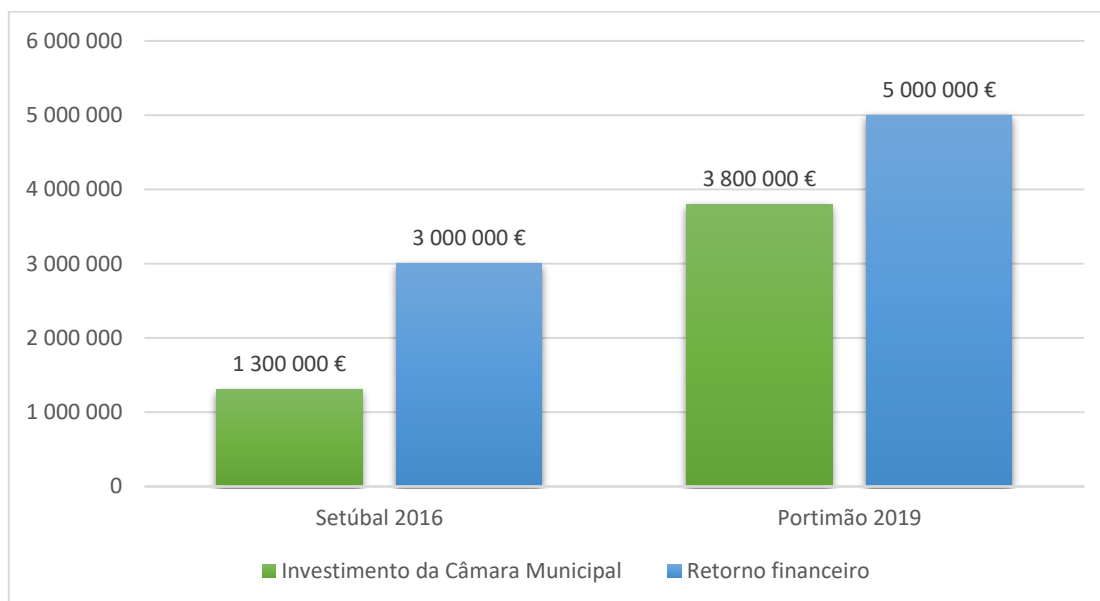


*Nota.* As restantes CED não apresentaram dados relativos ao retorno financeiro estimado. Elaborado pelo próprio.

Nessas duas cidades, o retorno financeiro estimado foi superior ao total do investimento efetuado durante o desenvolvimento do programa da Cidades Europeias do Desporto, justificando economicamente a aposta e a candidaturas das cidades referidas.

## Figura 21

### Relação investimento/ retorno financeiro estimado



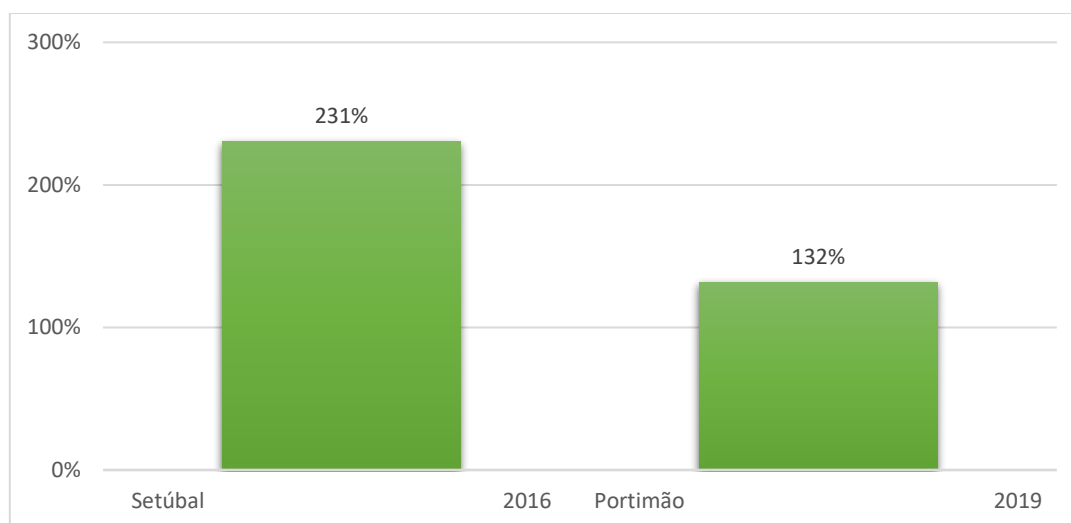
*Nota.* As restantes CED não apresentaram dados relativos ao retorno financeiro esperado. Elaborado pelo próprio.

Ao analisarmos o gráfico da figura 21, observamos que na CED de Setúbal 2016 a diferença entre o retorno e o investimento foi de €2,7M e em Portimão 2019, de €1,2M.

Esta diferença, representa um lucro de 231% na CED de Setúbal e igualmente resultados positivos de 132% em Portimão 2019 como podemos constatar no gráfico da figura 22.

## Figura 22

### Percentagem do retorno em relação ao investimento



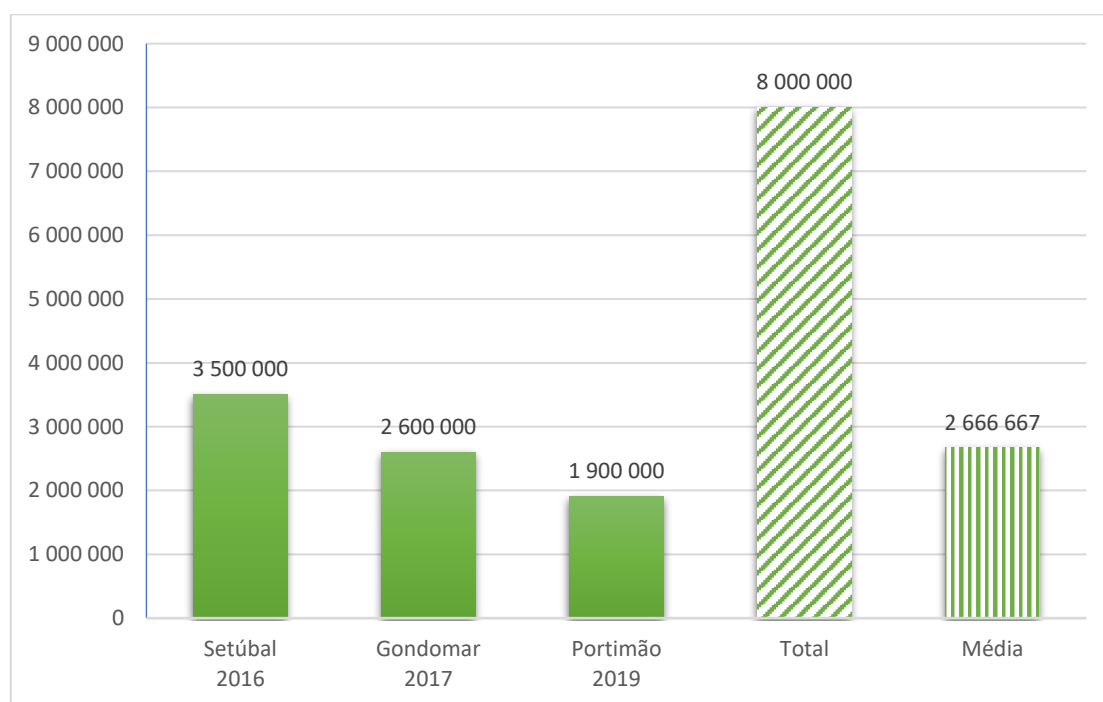
*Nota.* As restantes CED não apresentaram elaborado pelo próprio

A promoção e divulgação começa ainda antes da conquista do título de Cidade Europeia do Desporto, na altura da preparação do dossier de candidatura das cidades a concurso.

Com o desenvolvimento da era digital e o crescimento das redes sociais, as cidades e Câmaras Municipais das CED portuguesas, apostaram em várias formas de comunicação com o objetivo de atingir o maior número de pessoas e levar as atividades a todos. Estes valores são indicadores bastante importantes para se perceber a qualidade da comunicação do evento e a forma como a mesma foi feita junto da população.

### Figura 23

*Alcance das CED (nº de pessoas)*



*Nota.* As restantes CED não apresentaram dados relativos ao alcance estimado. Elaborado pelo próprio.

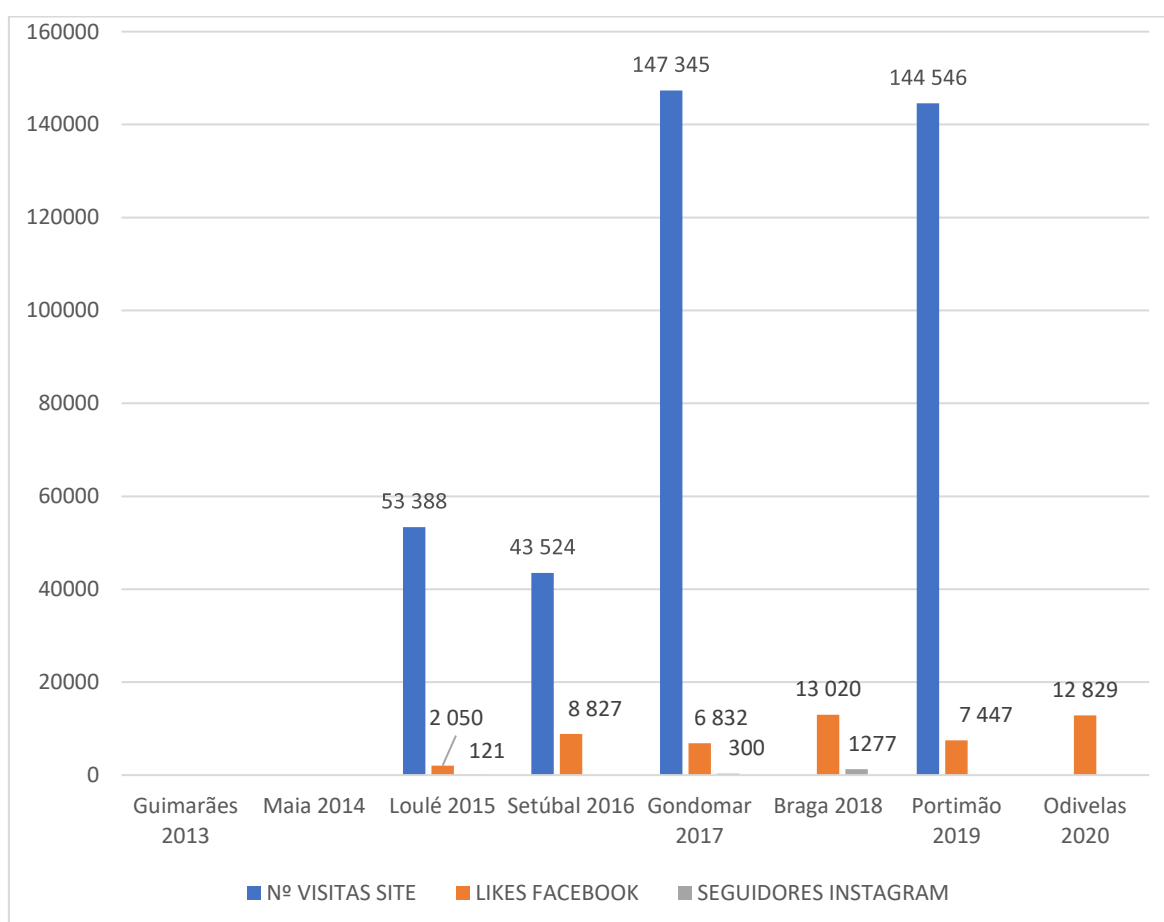
Como podemos observar na figura 23, as CED de Setúbal, Gondomar e Portimão apresentaram um enorme número de pessoas alcançadas, não só junto da população da sua cidade, concelho ou região o que vai de encontro às expetativas da maioria das candidaturas apresentadas do ganho de notoriedade e reconhecimento nacional e internacional. Estes números derivam da exposição que a CED teve, não só durante o ano da sua realização, mas a partir do momento em que formalizou e promoveu a sua candidatura. Estas três CED tiveram um alcance total de 8 milhões de pessoas.

Esta promoção e divulgação de todas as atividades relacionadas com a CED foram veiculadas principalmente através de páginas oficiais na web e das redes sociais.

Todas as CED portuguesas criaram uma página web oficial como forma de divulgar a programação e as iniciativas ao longo do ano, apresentar objetivos e inclusive permitir a inscrição de voluntários. Os números apresentados, na figura 24, mostram que a visita ao site oficial foi o principal meio utilizado pela população interessada no evento. Os sites oficiais de Gondomar 2017 e Portimão 2019 atingiram mais de 140 mil “gostos” nas suas publicações.

**Figura 24**

*Engajamento digital das CED*



*Nota.* Os dados de Guimarães e Maia não foram disponibilizados. Os restantes dados em falta não são apresentados nos respetivos relatórios finais. Elaborado pelo próprio.

A presença nas redes sociais demonstra uma aposta predominante no Facebook como principal forma de promover e divulgar as atividades e programação que decorreram durante a CED. A rede social Instagram contribuiu de uma forma bem mais tímida para o alcance das CED.

## CAPÍTULO VI

### IMPLICAÇÕES PRÁTICAS

Após a análise das candidaturas e relatórios das Cidades Europeia de Desporto em Portugal, sugerimos que as Câmaras Municipais que se candidatem e venham a ganhar este título, devem olhar para os relatórios finais como ferramentas essenciais para avaliar o sucesso desse mesmo projeto. A adoção, por parte das cidades vencedoras, de um relatório estandardizado pela ACES Europa permitirá uma fácil leitura e perceção do impacto das CED bem como uma comparação entre elas com a apresentação de valores em determinadas varáveis mais preponderantes na sua avaliação global.

Uma avaliação mais pormenorizada em áreas como o investimento realizado pelas Câmaras Municipais e o retorno financeiro esperado pela organização do evento serão de extrema importância para as contas do município e poderá servir de alavanca e justificação para que mais cidades se candidatem ao projeto. Da mesma forma, esses números poderão servir para apresentar aos munícipes e justificar o investimento realizado e as políticas desportivas seguidas.

## CAPÍTULO VII

### LIMITAÇÕES E INVESTIGAÇÃO FUTURA

A nossa investigação abordou apenas as CED portuguesas o que limita o estudo à realidade única do nosso país. A ACES Europa prevê no seu regulamento que as CED devem elaborar um relatório final que de alguma maneira ilustre de uma forma global o ano da sua organização. No entanto, esses relatórios não têm um formato uniforme que permita compilar a informação mais pertinente e compará-la entre as várias CED. A CED da Maia 2014 não entregou esse relatório, impossibilitando assim, integrá-lo na nossa investigação.

Os relatórios finais apresentados não caracterizam as CED da mesma forma, dificultando a sua análise e comparação.

Pensamos ser de todo o interesse estender esta investigação a cidades de mais países e de alguma forma perceber se há padrões comuns no desenvolvimento das CED e nas atividades propostas na sua organização.

Uma comparação entre as candidaturas apresentadas por cidades de diferentes zonas da europa permitirá diagnosticar as políticas desportivas seguidas a nível europeu.

## CAPÍTULO VIII

### CONCLUSÕES

Atualmente o desporto ocupa um espaço de referência na nossa sociedade, quer como indicador de evolução e melhoramento da qualidade de vida, quer como atividade de caráter formativo, social, cultural e económico.

Com a crescente responsabilização de competências das autarquias relativamente aos seus municípios, as políticas desportivas municipais adotadas, ganham extrema relevância.

Considerando o problema do estudo, com os dados recolhidos percebemos que as Cidades Europeias do Desporto se revelam como um instrumento de política pública do desporto que permite um desenvolvimento estratégico dos municípios e que tem vindo a ser bem aproveitado por algumas cidades portuguesas.

O exercício de preparação e elaboração da candidatura é, só por si, uma análise interna importantíssima e que permite de alguma forma às autarquias, caracterizar e perceber melhor, não só, o estilo de vida dos seus municípios, a sua participação e hábitos desportivos bem como conhecer e avaliar os projetos e programas desportivos desenvolvidos pela autarquia. Desta forma a preparação da candidatura, permite um conhecimento aprofundado da realidade desportiva do município.

Todas as autarquias cumpriram os objetivos a que se propunham junto da ACES Europa, ultrapassando inclusive, os números mínimos de atividades organizadas durante a sua organização.

Os relatórios apresentados pelas diferentes CED realçam o aumento da prática desportiva nas regiões das cidades organizadoras, bem como, um aumento do número de participantes nos programas desportivas da autarquia.

O impacto na hotelaria e restauração, nas cidades e regiões que organizaram as CED, foram relevantes e citados em alguns relatórios, contribuindo para manter um rácio de ocupação muito positivo ao longo de todo o ano.

A aproximação ao movimento associativo, permitiu às CED, promover e fomentar várias modalidades desportivas menos reconhecidas, contribuindo assim para o seu crescimento e desenvolvimento.

Um dos grandes objetivos de todas as CED portuguesas foi a implementação e desenvolvimento de atividades desportivas destinadas a toda a população. O denominado “desporto para todos” promove a atividade física e desportiva para todas as idades e foi uma das bandeiras dessas CED. Todas elas tiveram uma atenção especial no



desenvolvimento de atividades de grande abrangência populacional, priorizando atividades em que todos pudessem participar independentemente do seu género, idade e estrato social. Em algumas CED, como Portimão 2019, houve um crescimento de 21% dos utentes de equipamentos desportivos municipais, bem como um aumento de 10% da frequência dos vários programas comunitários

A investigação científica proporcionada por este tipo de eventos permite o desenvolvimento da comunidade científica com vários estudos associados às CED portuguesas. Em Braga 2018, uma dezena de estudos científicos foram desenvolvidos em torno da CED dessa cidade.

O retorno do investimento, embora só tenha sido referido nas CED de Setúbal e Portimão foi bastante evidente face ao investimento efetuado pelas Câmaras Municipais, permitindo justificar economicamente a aposta nestes projetos.

O grande desafio que fica para o futuro de cada uma destas cidades, prende-se com a possibilidade de manter os índices de prática desportiva alcançados ao longo do ano de CED.

## REFERÊNCIAS

- Academia Olímpica de Portugal. (2021, novembro). *Livro branco sobre o desporto*.  
[https://www.aop.pt/upload/tb\\_content/320160419151552/357163146f180d/whitepapershortpt.pdf](https://www.aop.pt/upload/tb_content/320160419151552/357163146f180d/whitepapershortpt.pdf)
- ACES Europe. (2021, outubro). *General regulations governing the european capital, community/ island, city, town and region of sport selection process*.  
<http://aceseurope.eu/wp-content/uploads/2021/07/GENERAL-REGULATIONS-GOVERNING-THE-EUROPEAN-CAPITAL.pdf>
- ACES Portugal. (2021, outubro). *Dossier de Candidatura Guimarães 2013*.  
<https://acesportugal.pt/documentos/dcandidatura/2013DCGuimaraes.pdf>
- ACES Portugal. (2021, outubro). *Dossier de Candidatura Maia 2014*.  
<https://acesportugal.pt/documentos/dcandidatura/2014DCMaia.pdf>
- ACES Portugal. (2021, outubro). *Dossier de Candidatura Loulé 2015*.  
<https://acesportugal.pt/documentos/dcandidatura/2015DCLoule.pdf>
- ACES Portugal. (2021, outubro). *Dossier de Candidatura Setúbal 2016*.  
<https://acesportugal.pt/documentos/dcandidatura/2016DCSetubal.pdf>
- ACES Portugal. (2021, outubro). *Dossier de Candidatura Gondomar 2017*.  
<https://acesportugal.pt/documentos/dcandidatura/2017DCGondomar.pdf>
- ACES Portugal. (2021, outubro). *Dossier de Candidatura Braga 2018*.  
<https://acesportugal.pt/wp-content/uploads/2017/07/Braga-2018-Cidade-Europeia-do-Desporto.pdf>
- ACES Portugal. (2021, outubro). *Dossier de Candidatura Portimão 2019*.  
<https://acesportugal.pt/wp-content/uploads/2019/02/PORTIMAO-Dossier-Candidatura-Cidade-Europeia-Desporto-2019- PT-EN.pdf>

- ACES Portugal. (2021, outubro). *Dossier de Candidatura Odivelas 2020*. [https://acesportugal.pt/wp-content/uploads/2020/02/Brochura-candidatura\\_ODIVELAS\\_2020.pdf](https://acesportugal.pt/wp-content/uploads/2020/02/Brochura-candidatura_ODIVELAS_2020.pdf)
- Almeida, J. (2009). Estado, Desporto e Políticas Europeias. In J. Bento, & J. Constantino (ed.), *O Desporto e o Estado: ideologias e práticas*. (pp. 133- 160). Edições Afrontamento
- Banza, T., & Teixeira, M. (2019). Estudos Olímpicos: Importância, motivações e expectativas dos voluntários dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, 9(1), 74-98.
- Barros, C. (2006). Local government and regional development in sport. *Handbook on the Economics of Sport*. 287-298. <https://doi.org/10.4337/9781847204073.00036>
- Bento, J. O. (1995) *O outro lado do desporto*. Porto: Campo das letras - Editores, S.A.
- Câmara Municipal de Braga. (2019). *Relatório Final – Cidade Europeia do Desporto, Braga 2018*. ACES Portugal.
- Câmara Municipal de Gondomar. (2018). *Relatório Final – Cidade Europeia do Desporto, Gondomar 2017*. ACES Portugal.
- Câmara Municipal de Guimarães. (2014). *Relatório Final – Cidade Europeia do Desporto, Guimarães 2013*. ACES Portugal.
- Câmara Municipal de Loulé. (2016). *Relatório Final – Cidade Europeia do Desporto, Loulé 2015*. Câmara Municipal de Loulé.
- Câmara Municipal de Odivelas. (2021). *Relatório Final – Cidade Europeia do Desporto, Odivelas 2020*. ACES Portugal.
- Câmara Municipal de Portimão. (2020). *Relatório Final – Cidade Europeia do Desporto, Portimão 2019*. Câmara Municipal de Portimão.

- Câmara Municipal de Setúbal. (2017). *Relatório Final – Cidade Europeia do Desporto, Setúbal 2016*. ACES Portugal.
- Cardeira, I., & Nunes, P. (2012). Os eventos desportivos como plataforma entre o Desporto e o desenvolvimento humano. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, 2 (Suplemento), 56-63. <http://hdl.handle.net/10400.26/22574>
- Carvalho, A. (1994). *Desporto e Autarquias Locais. Uma nova via para o desenvolvimento desportivo nacional*. Porto: Campo das letras - Editores, S.A.
- Constantino, J. (1999). *Desporto, Política e Autarquias*. Livros Horizonte, Lisboa.
- Constantino, J. (2009). De um estado-problemas a um estado-parceiro. In J. Bento, & J. Constantino (ed.), *O Desporto e o Estado: ideologias e práticas*. (pp. 57- 66). Edições Afrontamento
- Constantino, J. & Pereira, J. (2001). As Autarquias e a Prática Profissional do Desporto. *Actas da conferência: Economia do Desporto*. Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa do ISEG, Lisboa.
- Correia, J. (2009). Políticas Públicas e Desenvolvimento Desportivo do Desporto. In J. Bento, & J. Constantino (ed.), *O Desporto e o Estado: ideologias e práticas*. (pp. 7- 44). Edições Afrontamento
- Costa, A. (2009). Desporto e Política: dois fenómenos estruturalmente idênticos. In J. Bento, & J. Constantino (ed.), *O Desporto e o Estado: ideologias e práticas*. (pp. 327- 345). Edições Afrontamento
- Direção Geral de Saúde. (2020). *Recomendações da OMS para atividade física e comportamento sedentário*. <https://www.dgs.pt/em-destaque/novas-recomendacoes-da-organizacao-mundial-da-saude-para-a-atividade-fisica-mostram-que-cada-movimento-conta-pdf.aspx>

Direção Geral da Administração Pública e do Emprego Público. (2022). *Organização da administração do estado*.

<https://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=a5de6f93-bfb3-4bfc-87a2-4a7292719839&men=i>

Félix, D., Marujo, N., & Teixeira, M. (2017). Turismo desportivo numa cidade portuguesa património mundial pela UNESCO. *Revista Iberoamericana de Turismo*, 7(1), 55-67. <https://doi.org/10.2436/20.8070.01.45>

Ferreira, F. (2004). Síntese da história do desporto. *Povos E Culturas*, (9), 151-172. <https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2004.8825>

Figueira, T., & Teixeira, M. (2021). Políticas públicas de desporto: atividades desportivas no 1º ciclo nos municípios da área metropolitana de Lisboa. *Journal of Physical Education*, 32(1), e-3275. <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v32i1.3275>

Figueira, T., & Teixeira, M. (2022). Políticas Públicas de Desporto nos municípios da Área Metropolitana de Lisboa. In L. M. V. Souza (Org.), *Educação Física e Qualidade de Vida: Reflexões e perspectivas* (pp. 118–154). Atena Editora. <https://doi.org/10.22533/at.ed.07322280311>

Instituto Nacional de Estatística (2021). *Desporto em Números: 2020*. INE [https://www.ine.pt/ine\\_novidades/DN2020/index.html](https://www.ine.pt/ine_novidades/DN2020/index.html)

Instituto Português do Desporto e Juventude. (2021, setembro). *Carta Europeia do Desporto*. <https://ipdj.gov.pt/documents/20123/133814/Carta+Europeia+do+Desporto.pdf/69432aa6-e8e2-ae85-24ce-76cc276d3dda?t=1582815203169>

Januário, C. (2010). *Políticas Públicas Desportivas: estudo centrado nos municípios da Área Metropolitana do Porto*. (Dissertação apresentada às provas de Doutoramento em Ciências do Desporto). Universidade do Porto.

- Lacoba, C. (2006, Outubro). *Las Políticas deportivas en el Ámbito Local*. Dirección y Gestión del Deporte Local. [http://deporteparatodos.es/imagenes/documentacion/ficheros/2006112913065120061027101451femp1\\_carlos\\_delgado.pdf](http://deporteparatodos.es/imagenes/documentacion/ficheros/2006112913065120061027101451femp1_carlos_delgado.pdf)
- Matušíková, D., Švedová, M., Dzurov Vargová, T., & Žegleň, P. (2020). An analysis of the "European City of Sports" project and its impact on the development of tourist activity: The example of selected Slovakian cities. *Turyzm/Tourism*, 30(1), 61–70. <https://doi.org/10.18778/0867-5856.30.1.18>
- Pereira, E. (2009). O poder local: as câmaras municipais e o desporto. In J. Bento, & J. Constantino (ed.), *O Desporto e o Estado: ideologias e práticas*. (pp. 109 - 131). Edições Afrontamento
- Pires, G. (2007). *Agôn – Gestão do Desporto: O jogo de Zeus*. Porto: Porto Editora.
- PricewaterhouseCoopers. (2021). *Estudo caracterizador do setor do desporto em Portugal e o impacto da COVID-19*. Comité Paralímpico de Portugal.
- Segui-Urbaneja, J. & Teixeira, M. (2019). Dos proyectos para una nueva Ley del deporte (y la actividad física) de Cataluña. *Revista Aranzadi de Derecho de Deporte y Entretenimiento*, Thomsons-Reuters, 63, 69-86. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6948715>
- Serôdio, A. (2004). Proposta de modelo de desenvolvimento para o desporto em Portugal. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*. 4(2), 377. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física. Porto. [https://rpcd.fade.up.pt/arquivo/RPCD\\_vol.4\\_nr.2.pdf](https://rpcd.fade.up.pt/arquivo/RPCD_vol.4_nr.2.pdf)
- Sesinando, A., & Teixeira, M. (2020). Educação em Gestão do Desporto: Uma perspectiva sobre o Sector Público. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, 12(2), e110043. <https://doi.org/10.51995/2237-3373.v11i1e110043>

- Sousa, V. (2013). *A gestão do desporto municipal. Análise ao desenvolvimento organizacional: estudo centrado na comunidade intermunicipal do Tâmega e Sousa*. (Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Gestão Autárquica). Instituto Superior de Educação e Ciências. Lisboa.
- Teixeira, M. (2008). *Portugal, Poder Local e Desporto*. Lisboa: Grifos.
- Teixeira, M. (2012). *O Desporto e as pessoas: estudo de factores do desenvolvimento regional do desporto em Portugal*. Tese de Doutoramento. Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana
- Teixeira, M. & Ribeiro, T. (2016). Sport Policy Factors In Regional Sports Development: study of demographic, organizational, financial and political dimensions in Portugal. *The Open Sports Sciences Journal*, 9(1), 26-34.
- Teixeira, M. (2019). *Gestão do Desporto: Desenvolvimento Desportivo Regional e Municipal*. Porto: MediaXXI.
- Viana, M. (2014). *Oferta e Procura Desportiva: Estudo Caso de Guimarães Cidade Europeia do Desporto 2013*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Desporto da Universidade do Porto